

Veículo: A Tarde	Caderno: Opinião
Data: 06/05/2021	Página: A3
Assunto: Estado equilibrado, Estado solidário – artigo do secretário Manoel Vitório.	

A TARDE

Estado equilibrado, Estado solidário

Manoel Vitório

Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

A pandemia trouxe de volta o debate sobre o papel do Estado como agente de promoção do desenvolvimento, de redução das desigualdades e de apoio à população mais frágil. Após décadas de hegemonia do neoliberalismo, a crise sanitária explicitou o quanto é necessário um setor público bem estruturado e capaz de atuar sob condições que jamais seriam preenchidas pelo mercado. No Brasil, como é costume, o pensamento econômico dominante vai demorar para sentir estes ventos novos. Mas eles são um grande alento para o governo da Bahia, que jamais abdicou do investimento público e se manteve na contracorrente, atuando para fazer face ao agravamento da crise brasileira.

Ficamos em segundo lugar no ranking de investimentos entre 2015 e 2020, atrás

apenas de São Paulo. Proporcionalmente investimos mais, se considerarmos que o orçamento paulista é cinco vezes maior. Do total de R\$ 14,9 bilhões investidos pela Bahia, R\$ 2,1 bilhões foram aplicados em saúde, prioridade estabelecida pelo governador Rui Costa. Foram construídos nove hospitais novos e uma pioneira rede de policlínicas regionais que já contabiliza 16 unidades em operação, devendo chegar a 25. Se a Bahia está hoje entre os estados com melhor desempenho na pandemia, salvando milhares de vidas, muito se deve à infraestrutura criada nos últimos anos.

O recém-lançado Programa Estado Solidário reflete esta linha de atuação. Há novidades, como a bolsa no valor de R\$ 150 para 292.987 alunos cadastrados no CadÚnico, e a continuidade de ações como o vale-alimentação de R\$ 55 para os cerca de 800 mil matriculados na rede pública e o programa de bolsas Mais Estudo. A isenção da conta de água para famílias de baixa renda também já havia

sido concedida no ano passado, e as medidas reúnem ainda microcrédito, prorrogação e parcelamento de impostos. Só na Educação, o dispêndio total é de R\$ 410 milhões. Ao todo, e considerando-se as ações que já ocorreram no ano passado, o custo do Estado Solidário passa de R\$ 1 bilhão.

Para assegurar estes recursos, as contas públicas precisam estar em equilíbrio. Tendo em vista que as medidas de apoio aos estados aprovadas pelo Congresso Nacional foram limitadas a 2020, e que a pandemia segue exigindo muito dos cofres estaduais, o que nos mantém são nossos esforços: além do trabalho do fisco para recuperação das receitas próprias, contamos ainda com a política de Qualidade do Gasto Público, que já soma economia real de R\$ 7,8 bilhões com gastos de custeio entre 2015 e 2020. É graças a estas medidas que o Estado da Bahia vai continuar funcionando normalmente, realizando investimentos necessários e sendo solidário com seus cidadãos.

Vinte e seis aprovados em concurso para auditor fiscal da Sefaz-BA são nomeados



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Concurso público tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período | Foto: Pedro Moraes | GOVBA

O **governo da Bahia** anunciou a **nomeação** de 26 aprovados no último **concurso público** para **auditor fiscal** da Secretaria da Fazenda da Bahia (Sefaz-BA). A publicação foi feita nesta quarta-feira, 5, no Diário Oficial do Estado (DOE), e o decreto de **nomeação** também fica disponível no **Portal do Servidor**.

Esta já é a terceira **nomeação** para o certame realizada pelo Bahia, de acordo com o governo. Em setembro de 2020, foram contemplados 25 candidato e, em janeiro deste ano, outros 20. Com mais uma **nomeação**, foram 77 candidatos, ao todo, aprovados no concurso.

As nomeações contemplam 10 candidatos para a área de Administração, Finanças e Controle Interno; seis para o setor de **Tecnologia da Informação**; e outros 10 candidatos para atuar na Administração Tributária, incluindo aprovados nas cotas destinadas a negros e deficientes.

Sendo iniciativa das secretarias da Administração (Saeb) e da Fazenda (Sefaz-BA), o concurso foi lançado em fevereiro de 2019, sob a organização da Fundação Carlos Chagas (FCC). O resultado final e a homologação do certame foram divulgados no dia 17 de dezembro do mesmo ano. O **concurso público** tem validade de um ano, podendo ser renovado por igual período.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Concurso público, Nomeação, Portal do Servidor, Tecnologia da informação | SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Auditores Fiscais

Governo prorroga pagamento de ICMS e IPVA para trabalhadores afetados pela pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Autor: Publieditorial

Muitos trabalhadores foram afetados pela pandemia do novo coronavírus, com a restrição de circulação de pessoas, aulas paralisadas e estabelecimentos fechados. Sabendo disso, dentro do programa Estado Solidário, o governo do Estado criou estratégias para auxiliar no pagamento de tributos.

Foram prorrogados os pagamentos do **IPVA** para **transporte escolar**, de turismo e autoescolas, além da prorrogação e parcelamento do **ICMS** de março e abril para 60 mil empresas.

Dessa forma, os proprietários de veículos de **transporte escolar** e turístico e de autoescolas devidamente registrados e em situação regular no **Detran** nestas categorias terão o pagamento do Imposto sobre

Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2020 e 2021 prorrogado por dois anos como forma de atenuar as dificuldades destes segmentos em função da pandemia do coronavírus.

Assim, os pagamentos de julho de 2020 ficam adiados para o mesmo mês no ano de 2022, e os vencimentos de julho de 2021 vão para julho de 2023.

Mesmo com a prorrogação, segue possível fazer o parcelamento do valor em até 3 vezes. Os proprietários que optarem por pagar a cota única terão 5% de desconto.

Vale lembrar que os prazos de pagamento da taxa do licenciamento anual seguem inalterados e deverão ser observados para efeito de expedição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

ICMS

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) que deveria ser recolhido de 60 mil empresas varejistas nos meses de março e abril foi prorrogado para agosto de 2021. A decisão é válida para setores e municípios atingidos por medidas como o toque de recolher e o fechamento do comércio não essencial.

As empresas enquadradas no critério acima pagarão o tributo de forma parcela em agosto deste ano em três parcelas iguais. Também será concedida manutenção por 30 dias da validade de certidões negativas de **tributos estaduais**.

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Detran | SECOM - Secretaria de Comunicação - Governo da Bahia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Tributos Estaduais, ICMS, IPVA | SEC - Secretaria da Educação - Transporte escolar

Governo prorroga pagamento de ICMS e IPVA para trabalhadores afetados pela pandemia



[Clique aqui para abrir a imagem](#)

Foto: reprodução

Muitos trabalhadores foram afetados pela pandemia do novo coronavírus, com a restrição de circulação de pessoas, aulas paralisadas e estabelecimentos fechados. Sabendo disso, dentro do programa Estado Solidário, o governo do Estado criou estratégias para auxiliar no pagamento de tributos.

Foram prorrogados os pagamentos do **IPVA** para **transporte escolar**, de turismo e autoescolas, além da prorrogação e parcelamento do **ICMS** de março e abril para 60 mil empresas.

Dessa forma, os proprietários de veículos de **transporte escolar** e turístico e de autoescolas devidamente

registrados e em situação regular no **Detran** nestas categorias terão o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (**IPVA**) de 2020 e 2021 prorrogado por dois anos como forma de atenuar as dificuldades destes segmentos em função da pandemia do coronavírus.

Assim, os pagamentos de julho de 2020 ficam adiados para o mesmo mês no ano de 2022, e os vencimentos de julho de 2021 vão para julho de 2023.

Mesmo com a prorrogação, segue possível fazer o parcelamento do valor em até 3 vezes. Os proprietários que optarem por pagar a cota única terão 5% de desconto.

Vale lembrar que os prazos de pagamento da taxa do licenciamento anual seguem inalterados e deverão ser observados para efeito de expedição do Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo (CRLV).

ICMS

O Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (**ICMS**) que deveria ser recolhido de 60 mil empresas varejistas nos meses de março e abril foi prorrogado para agosto de 2021. A decisão é válida para setores e municípios atingidos por medidas como o toque de recolher e o fechamento do comércio não essencial.

As empresas enquadradas no critério acima pagarão o tributo de forma parcela em agosto deste ano em três parcelas iguais. Também será concedida manutenção por 30 dias da validade de certidões negativas de **tributos estaduais**.

*iBahia

Governo libera 13º para **aposentados** e injeta R\$ 53 bilhões na **economia**

Colégio Militar da Bahia oferece mais de duas mil vagas para a capital e interior

Trabalhadores nascidos em abril podem sacar auxílio emergencial

Trabalhadores nascidos em março podem sacar auxílio emergencial

Assuntos e Palavras-Chave: SAEB - Secretaria da Administração - Aposentados, Detran | SDE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico - Economia | SEFAZ - Secretaria da Fazenda - Tributos Estaduais, ICMS, IPVA | SEC - Secretaria da Educação - Transporte escolar

Veículo: G1	
Data: 05/05/21	



Secretários de Fazenda se dizem contra decisão de Lira de extinguir comissão da reforma tributária

Representantes dos estados voltaram a defender uma reforma tributária ampla nos tributos sobre o consumo, envolvendo tributos federais, estaduais e municipais.

Por **Alexandro Martello, G1** — Brasília

05/05/2021 15h00 Atualizado há 19 horas

Os secretários de Fazenda dos estados informaram nesta quarta-feira (5) que são contra a extinção da Comissão da Reforma Tributária que analisava a PEC 45, anunciada na terça (4) pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Ao fazer o anúncio, Lira afirmou que o grupo da Câmara não podia mais funcionar porque o prazo regimental se encerrou há mais de um ano e meio.

Segundo os secretários de Fazenda dos estados, a extinção da comissão torna sem efeito o **relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB)**. Eles defenderam a continuidade dos trabalhos do

colegiado e o aperfeiçoamento do texto do relator por meio do debate entre os deputados e senadores.



Lira extingue comissão da reforma tributária após leitura do parecer; economista comenta

O parecer do relator **unifica cinco tributos que incidem sobre consumo para criar o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**, que seria “complementado” pelo Imposto Seletivo, apelidado de “imposto do pecado” por taxar, segundo a proposta, produtos como cigarros e bebidas alcoólicas.

Seriam substituídos pelo IBS:

- PIS (Programa de Integração Social);
- Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social);
- IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados);
- ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), recolhido pelos estados;
- ISS (Imposto Sobre Serviços), dos municípios.
-
- Críticas

De acordo com os secretários de Fazenda dos estados, a decisão de extinguir a comissão da reforma tributária desconsidera

dezenas de reuniões e debates realizados ao longo de mais de dois anos entre legisladores, entidades e governo federal.

Segundo o presidente do Comitê dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonteles, extinguir agora a comissão e paralisar o debate sobre a reforma tributária seria um enorme desrespeito não apenas ao relator, aos deputados e senadores e às entidades que participaram da construção conjunta da proposta, como também à sociedade.

Reforma ampla

Os secretários também reafirmaram, em nota a imprensa, a posição em defesa de uma reforma ampla dos impostos sobre consumo, em linha com a proposta do relator Aguinaldo Ribeiro, e contrária à reforma fatiada e criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), **englobando somente tributos federais, como quer o Ministério da Economia.**

Os secretários avaliam que o texto do relator Aguinaldo Ribeiro incorpora avanços importantes obtidos em dezenas de reuniões entre o Comsefaz, o secretário especial da Receita Federal, José Barroso Tostes Neto, e técnicos do Ministério da Economia, além de outras entidades públicas e privadas.

STJ define em repetitivo que Estado tem cinco anos para cobrar ITCMD

Prazo deve ser contado a partir do primeiro dia do ano seguinte ao da doação

Por **Adriana Aguiar** — De São Paulo

06/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Bruno Sigaud: julgamento traz segurança, principalmente em São Paulo, onde câmaras do Tribunal de Justiça vinham julgando contra os contribuintes — Foto: Silvia Zamboni/Valor

A 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o Estado tem cinco anos para cobrar ITCMD sobre doações não declaradas pelos contribuintes. O prazo, de acordo com os ministros, deve ser contado a partir do primeiro dia do ano seguinte ao da transmissão dos bens. A questão foi definida por meio de recurso repetitivo - o que vincula as demais instâncias.

O julgamento é importante porque, de acordo com especialistas, cobranças fora desse prazo poderão ser extintas em qualquer instância. Além disso, uniformiza a jurisprudência. Embora esse fosse o entendimento nas turmas de direito público (1ª e 2ª), havia divergência na segunda instância - como no Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP), Estado com maior arrecadação de ITCMD. "Agora a discussão fica encerrada", diz o advogado Bruno Sigaud, do Sigaud Advogados.

Em 2020, o Estado de São Paulo arrecadou R\$ 1,7 bilhão de ITCMD sobre doações, o mesmo valor obtido no ano anterior. Em 2018, os recolhimentos totalizaram R\$ 1,4 bilhão, segundo dados da Secretaria da Fazenda.

Com a definição, os contribuintes que pagaram o tributo em cobranças feitas em prazos maiores, poderão pedir restituição, segundo Sigaud, desde que esteja dentro do período de cinco anos do pagamento. Os valores podem ser significativos, a depender do valor doado. O ITCMD cobrado em São Paulo, por exemplo, é de 4%. No Rio de Janeiro pode chegar a 8%. Em Minas Gerais é de 5%.

Em razão das dificuldades para fiscalizar doações sem a declaração do contribuinte no Imposto de Renda, os Estados defendiam a aplicação do prazo de dez anos para ter a ciência da transmissão, conforme o artigo 205 do Código Civil, e mais cinco anos para cobrar o ITCMD não pago.

Já os contribuintes defendiam o prazo previsto no artigo 173, inciso I, do Código Tributário Nacional (CTN). Pelo dispositivo, o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados do “primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado”.

O caso analisado pela 1ª Seção é o de uma contribuinte que alegou ter recebido uma doação de R\$ 100 mil de seu pai em 2007. A doação foi declarada no Imposto de Renda. Porém, o Estado de Minas Gerais alegou que não foi diretamente informado por declaração própria. Nove anos depois, em abril de 2016, a contribuinte foi autuada pelo Fisco.

O Estado de Minas argumentou no processo que só recebeu as informações sobre a operação após convênio firmado com a Receita Federal, em 2011, e que o prazo decadencial deveria ser contado a partir daquele ano, quando teve ciência da doação.

Em primeira instância, a contribuinte obteve sentença favorável. O Estado de Minas Gerais recorreu e no Tribunal de Justiça (TJ-MG) ganhou por maioria de votos, em 2018. Para os desembargadores, “não teria o Fisco como tomar conhecimento do fato econômico gerador do imposto devido, muito menos das condições para produzir o lançamento”. A contribuinte então recorreu ao STJ.

O julgamento na 1ª Seção foi unânime, mantendo a jurisprudência favorável aos contribuintes. Os ministros mantiveram o prazo de cinco anos, contados do ano

seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. No caso de doação de bens imóveis, o fato gerador ocorre no registro imobiliário. Se for dinheiro, no momento da transferência. E caberá ao Fisco, acrescentaram, diligenciar para apurar a ocorrência desses fatos (REsp 1841798).

O caso foi afetado como recurso repetitivo (Tema 1048) pelo relator, ministro Benedito Gonçalves, pelo fato de existir um grande número de processos em tramitação sobre o tema. Todas as ações no país foram suspensas até o julgamento da questão e definição da tese.

Para Bruno Sigaud, o julgamento traz segurança aos contribuintes, principalmente em São Paulo, onde pelo menos cinco câmaras do Tribunal de Justiça (3ª, 5ª, 7ª, 9ª e 10ª) têm julgamentos recentes desfavoráveis aos contribuintes. Para ele, o correto é que prevaleça a decisão do STJ, agora vinculante. “O CTN não elegeu a ciência do Fisco como marco temporal para a decadência”, diz.

Segundo o advogado Pedro Moreira, do CM Advogados, a lei não estabelece qualquer postergação do prazo decadencial. “Por isso é ilegal qualquer extensão”, afirma ele, acrescentando que é ônus do Fisco apurar os fatos geradores de tributos e efetuar o lançamento para a constituição do crédito tributário. “E se não o fizer no prazo legal, o crédito é extinto”, diz.

Por nota, a Fazenda de São Paulo afirma que “embora a decisão tenha, como aspecto positivo a ser apontado, o esclarecimento da aplicação da regra prevista no artigo 173, inciso I, do Código Tributário Nacional, algumas questões permanecem em aberto quanto a sua praticabilidade”. O Estado aponta que na doação de bens móveis, como na doação em dinheiro, por exemplo, “somente é possível ao Fisco Estadual tomar conhecimento da transação, caso não declarado no seu próprio sistema, se o contribuinte efetuar a declaração ao Fisco Federal.”

Procurada pelo **Valor**, a Advocacia-Geral do Estado de Minas não deu retorno até o fechamento da edição.

Conteúdo Publicitário

Raio Laser

Ponte

Executivos dos grupos chineses CRCC Investimento Latino-América e CR20 Brasil, responsáveis pela construção da ponte Salvador-Itaparica, se reuniram com o Governo do Estado, nesta quarta-feira (5), para tratar da preparação para o início das obras e novos investimentos da China na Bahia. Há expectativa que o início da construção ocorra até o fim do ano. O governador Rui Costa, o vice-governador e novo titular do Planejamento, João Leão, e o secretário da Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, receberam os empresários Tian Xiao Yu, diretor-geral da CRCC na América Latina, e Shao Xiaohui, diretor-geral CR20 no Brasil.



Rui Costa

Interiorização

Apreciador de números, em pouco mais de 2 anos à frente da Secretaria do Desenvolvimento Econômico (SDE), o vice-governador João Leão conseguiu a marca de 251 protocolos de intenções assinados, que resultarão em novos investimentos na ordem de R\$ 47,1 bilhões e geração de 17,7 mil empregos diretos na Bahia. Nomeado ontem para assumir, novamente, a Secretaria do Planejamento, Leão comemora ainda a interiorização de novos negócios como marca da sua gestão. Dos protocolos firmados no primeiro trimestre de 2021, 86% vão para cidades do interior.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/05/2021	



Governo do Estado recebe chineses da CRCC e CR20 e tratam da ponte e novos investimentos

5 maio 2021



Executivos dos grupos chineses CRCC Investimento Latino-América e CR20 Brasil, responsáveis pela construção da ponte Salvador-Itaparica, se reuniram com o Governo do Estado, nesta quarta-feira (5), para tratar da preparação para o início das obras e novos investimentos da China na Bahia. Há expectativa que o início da construção ocorra até o fim do ano.

O governador Rui Costa, o vice-governador e novo titular do Planejamento, João Leão, e o secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, receberam os empresários Tian Xiao Yu, diretor-geral da CRCC na América Latina, e Shao Xiaohui, diretor-geral CR20 no Brasil.

“Falamos da possível duplicação da BA-001, até Santo Antônio de Jesus, no pós ponte, investimentos chineses em energias renováveis, na área imobiliária, situação inclusive que a Seplan irá realizar um estudo minucioso, em parceria com a SDE, para construção de um centro industrial em Jaguaripe, além de intervenções em Valença e outros município do Recôncavo e Baixo Sul. Os chineses ficaram impressionados com nosso potencial para novos negócios. Destaco que nossa parceria com a China está cada vez mais forte”, disse Leão.

Fonte: Ascom/SDE

Veículo: Metro1	
Data: 06/05/21	



METROPOLE

Cidade

Governo da Bahia se reúne com diretores de empresas responsáveis por ponte Salvador-Itaparica

Obras têm previsão de começar até o final deste ano



Foto: GOVBA/ Divulgação

Por: **Adele Robichez** no dia 06 de maio de 2021 às 07:22

O governo da Bahia teve uma reunião nesta quarta-feira (5) com os diretores dos grupos chineses CRCC Investimento Latino-América e CR20 Brasil, responsáveis pela construção da ponte Salvador-Itaparica, para discutir o início das obras.

A previsão é de que a ponte, de 12,4 km de extensão, comece a ser construída até o final deste ano e seja finalizada em quatro anos. A concessão do projeto ao consórcio de três

empresas da China será de 35 anos. O investimento será de R\$ 5,4 bilhões e o aporte do Estado, de R\$ 1,5 bilhão.

Em fevereiro deste ano, o governador da Bahia, Rui Costa, anunciou o [recebimento da primeira parcela de R\\$ 250 milhões](#) para acelerar a construção da ponte Salvador - Itaparica.

**DESTAQUES
DO PORTAL
A TARDE**



Felipe Iruatã / Ag. A TARDE

Áreas de Salvador terão limite de velocidade de 30 km/h
atarde.com.br/transito

Prefeituras-bairro voltam a atender presencialmente
atarde.com.br/bahia

www.atarde.com.br
71 3340-8991
(Cidadão Reporter)
71 99601-0020
(WhatsApp)

EDITORIAL *Alento para Salvador*

Amálgama de saúde e economia, o combate à Covid-19 tem agora, a favor da população, o Programa CredSalvador, originário do Projeto de Lei 137/2021, além da criação do Fundo de Crédito Emergencial do Município do Salvador. A nova legislação rebrilha a Câmara de Vereadores, ao procurar alinhar-se o mais possível aos interesses de distintos grupos sociais, privilegiando vulneráveis, a título de máxima universal.

Entendendo como essencial a representação das pessoas, de onde emana o poder, pelo voto direto e secreto, os parlamentares apresentaram credenciais, ao desembainharem armas legais no sen-

tido de cortar parte do acidental nó górdio proveniente da pandemia. Unem-se, assim, os edis aos cidadãos, ou participes da cidade, metamorfose das primeiras pólis, derivando-se daí a política, como exer-

Exemplos do necessário trabalho coletivo, visando construir o destino da municipalidade, são verificados

cício cotidiano de escolhas incessantes, na perspectiva de pertencimento, sob mesmo pano, à unidade comum: a comunidade soteropolitana.

Exemplos do necessário trabalho coletivo, visando construir, em fluxo contínuo, o destino da municipalidade, são verificados desde periferias humildes, até a instância maior, aprimorada pela via da democracia representativa, instalada na Praça Thomé de Souza.

Sensibilizaram-se os políticos com a constatação de terem sido afetados os padrões de sociabilidade, devido ao contexto caracterizado por distanciamento social, uso de máscaras, carência de doses

das vacinas, incentivo a aglomerações e insuficiência de auxílio emergencial.

Do plano em curso, seriam multiplicadas as benesses, de acordo com projeções baseadas em experiências similares, com retorno de três vezes e meio, em relação a cada real financiado, para nutrir Produto Interno Bruto, calculado pela soma de todas as riquezas.

Montando investimentos de R\$ 10 milhões, a rota chegaria ao ponto de acolher demandas de 4,3 mil microempreendedores, alcançando a cada um deles, em média, entre três e cinco trabalhadores, em sucessiva escala de benefícios, capaz de distribuir novo alento à primeira capital.

BRUNO AZIZ



Sofrimento e morte

Ruy Espinheira Filho

Escritor, pertence à Academia de Letras da Bahia

refpoeta@terra.com.br

Quando chegamos a dez mil mortos pela Covid, ano passado, o Congresso Nacional prestou-lhes homenagem. Agora, com mais de quatrocentos mil mortos, já não estamos mais só enlutados – mas perdidos num pesadelo que alcança, levando-se em conta os familiares e amigos envolvidos, talvez mesmo três milhões de vítimas, ou mais. Vasta dor, porque os doentes sofrem, sempre, horrendamente, e muitos morrem sem atendimento, sem medicamentos, sem respirar por falta de oxigênio. É como se o país estivesse mergulhado numa das mais cruéis guerras da história do mundo. Mas não se trata de guerra, é muito pior: o povo brasileiro está sendo torturado e assassinado por aqueles que teriam o dever de protegê-lo. O mundo inteiro sabe disso e exige providências, pois os vírus brasileiros estão ameaçando os demais países.

O mundo inteiro sabe, reclama, denuncia, mas por aqui apenas uns poucos se mexendo contra tal situação. Os que mais se mexem são exatamente aqueles que colaboram, direta ou indiretamente, com os responsáveis por essa tragédia. E muitos ainda dizem que tudo tem que ser posto na conta da pandemia, ignorando, ou querendo mesmo apagar, os fatos. Não, não houve quem se aliasse à doença, negando-a e, por isso, colaborando com a sua disseminação atroz. Outros ainda juram lamentar-se, sendo que muitos desses são responsáveis pelo que está ocorrendo, pois colaboraram com seu dinheiro, seus meios de comunicação e religiões para a derrota dos que poderiam manter a sociedade na rota do respeito ao povo, aos direitos humanos, ao meio ambiente, à democracia.

Há pouco conseguiram os senadores instalar uma CPI para apurar a responsabilidade pelo que está acontecendo. Não, nada fácil enfrentar tropas de choque formadas para inviabilizá-la – tropas de choque que continuam funcionando à toda nas sessões da CPI e fora. Tentando de tudo, inclusive no STF, mas sendo sempre derrotadas, até o momento. O país – ao menos o país de coração e cérebro – está acompanhando tudo atentamente, pois quer que essas responsabilidades, ou falta de responsabilidades, sejam mesmo apuradas. Porque os brasileiros já sofreram demais – e muito ainda vão sofrer.

Mais de uma vez ouvi políticos estrangeiros dizendo que o povo brasileiro não merece o que está acontecendo. O problema é que o nosso povo, com a sua alienação, continua se sujeitando aos ricos, aqueles que só pensam em lucros. “Pátria minha, tão pobrinha”, escreveu Vinícius de Moraes num belo poema. “Pobrinha”, sim, e humilde, mas nunca tratada como agora. Enfim, sugiro que a CPI faça uma investigação para ver quem do poder andou comprando ações dos fabricantes de cloroquina e similares. E, pode ser que venham a aparecer casos interessantes...

Estado equilibrado, Estado solidário

Manoel Vitorio

Secretário da Fazenda do Estado da Bahia

A pandemia trouxe de volta o debate sobre o papel do Estado como agente de promoção do desenvolvimento, de redução das desigualdades e de apoio à população mais frágil. Após décadas de hegemonia do neoliberalismo, a crise sanitária explicitou o quanto é necessário um setor público bem estruturado e capaz de atuar sob condições que jamais seriam preenchidas pelo mercado. No Brasil, como é costume, o pensamento econômico dominante vai de mudar para sentir estes ventos novos. Mas eles são um grande alento para o governo da Bahia, que jamais abdicou do investimento público e se manteve na contracorrente, atuando para fazer face ao agravamento da crise brasileira.

Ficamos em segundo lugar no ranking de investimentos entre 2015 e 2020, atrás

apenas de São Paulo. Proporcionalmente investimos mais, se considerarmos que o orçamento paulista é cinco vezes maior. Do total de R\$ 14,9 bilhões investidos pela Bahia, R\$ 2,1 bilhões foram aplicados em saúde, prioridade estabelecida pelo governador Rui Costa. Foram construídos nove hospitais novos e uma pioneira rede de policlínicas regionais que já contabiliza 16 unidades em operação, devendo chegar a 25. Se a Bahia está hoje entre os estados com melhor desempenho na pandemia, salvando milhares de vidas, muito se deve à infraestrutura criada nos últimos anos.

O recém-lançado Programa Estado Solidário reflete esta linha de atuação. Há novidades, como a bolsa no valor de R\$ 150 para 292.987 alunos cadastrados no CadÚnico, e a continuidade de ações como o vale-alimentação de R\$ 55 para os cerca de 800 mil matriculados na rede pública e o programa de bolsas Mais Estudo. A isenção da conta de água para famílias de baixa renda também já havia

sido concedida no ano passado, e as medidas reúnem ainda microcrédito, prorrogação e parcelamento de impostos. Só na Educação, o dispêndio total é de R\$ 410 milhões. Ao todo, e considerando-se as ações que já ocorreram no ano passado, o custo do Estado Solidário passa de R\$ 1 bilhão.

Para assegurar estes recursos, as contas públicas precisam estar em equilíbrio. Tendo em vista que as medidas de apoio aos estados aprovadas pelo Congresso Nacional foram limitadas a 2020, e que a pandemia segue exigindo muito dos cofres estaduais, o que nos mantém são nossos esforços: além do trabalho do fisco para recuperação das receitas próprias, contamos ainda com a política de Qualidade do Gasto Público, que já soma economia real de R\$ 7,8 bilhões com gastos de custeio entre 2015 e 2020. É graças a estas medidas que o Estado da Bahia vai continuar funcionando normalmente, realizando investimentos necessários e sendo solidário com seus cidadãos.

A TARDE

Fundado em 15/10/1912

Presidente de Honra: RENATO SIMÕES
Presidente: JOÃO DE MELLO LEITÃO

CONTROLLER:
Lucas Lago
RELAÇÕES INSTITUCIONAIS:
Luciano Neves
COMERCIAL E MARKETING:
Eduardo Dute

A TARDE E MASSA!:
Mariana Carneiro
PORTAL A TARDE:
Caroline Gois
RÁDIO A TARDE FM:
Jefferson Beltrão



ASSOCIADA
À SIP -
SOCIEDADE
INTERAMERICANA
DE IMPRENSA



MEMBRO
FUNDADOR DA ANJ
- ASSOCIAÇÃO
NACIONAL
DE JORNAIS



ASSOCIADA
AO IVC -
INSTITUTO
VERIFICADOR DE
COMUNICAÇÃO



PREMIADA
PELA
SOCIETY
FOR NEWS
DESIGN

SEDE: RUA PROFESSOR MILTON CAYRES DE BRITO, N.º 204, CAMINHO DAS ÁRVORES, CEP: 41820-570, SALVADOR/BA. FALE COM A REDAÇÃO: (71)3340-8800, (71)3340-8500, FAX: (71)3340-8712 OU 3340-8713, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA DAS 6:30 À MEIA-NOITE. SÁBADOS, DOMINGOS E FERIADOS: DAS 9:00 ÀS 21 HORAS. SUGESTÃO DE PAUTA: CIDADAOERPORTER@GRUPOATARDE.COM.BR, (71)3340-8991. CLASSIFICADOS POPULARES: (71)3533-0855. CIRCULAÇÃO: (71)3340-8612; CENTRAL DE ASSINATURA: (71)3533-0850.

Levi Vasconcelos



ANÁLISE POLÍTICA,
FATOS E CAUSOS

atarde.com.br/colunista/levivasconcelos
colunalevi@gmail.com

Rui Costa reajusta o secretariado. O xis da questão é com PL e PDT

Rui Costa começou a fazer o que vinha fazendo até ser rudemente interrompido pela voracidade da segunda onda da Covid, a reestruturação do secretariado do pós-2020, tanto pelo que emergiu das urnas como por pendengas internas.

No mix de aliados, o time de João Leão resmungava que, com o fim do mandato de Nelson Leal na presidência da Alba, o PP (de João Leão) ficaria em desvantagem com o PSD de Otto Alencar, que já tem a Seinfra e a Sedur. Rui deu outra secretaria

ao PP, a de Planejamento.

Claro que os ajustes tiveram vaivém. A certa altura João Leão falou que ia para a Casa Civil, falou antes de Rui, deu alarido, ia receber uma pasta esvaziada, abdicou. Enfim, no que importa, a manutenção do trio PT-Otto-Leão, o pilar da aliança política que governa a Bahia, tudo bem.

PERIFERIA — Os próximos lances de Rui Costa são os mais aguardados. O PL, presidido na Bahia pelo deputado federal Zé Rocha, apoiou

Bruno Reis em Salvador. Em Brasília é bolsonarista e como fica na Bahia? O partido tem hoje a Secretaria de Turismo, com Fausto Franco à frente.

Outro ponto é o PDT, que tem Lucas Costa na Secretaria da Agricultura e Andrea Mendonça na Junta Comercial da Bahia. O partido é aliado de ACM Neto e já conversou com Rui.

Até sexta Rui Costa bate o martelo. Já está certo que Lucas na Agricultura e Fausto no Turismo saem. Os sucessores ele já tem, mas vai anunciar no máximo sexta.



Jonne Rori / Divulgação / 9-9-2019

Rui Costa rearruma o governo agora de olho em 2022

REGISTROS

Higienização

Ontem, 5 de maio, foi lembrado como o Dia Mundial da Higienização das Mãos. Nas redes, um grupo de baianos encaminhou para a Câmara dos Deputados a criação do Dia Mundial da Higienização das Mentes. Dizem que, ante os ladrões da pandemia, os 14,9 milhões de infectados, inclusive os 412 mortos, estão em posição bem mais confortável.

H1N1 e Covid

A Agrovale, poderosa empresa do agronegócio em Juazeiro, faz festa pelo fato de ter vacinado os seus cinco mil funcionários contra a gripe H1N1, a antiga gripe espanhola. Não se disse, mas ficou implícito: só não faz o mesmo com a Covid porque não deixam.

Casa do Benin

Os artistas e pesquisadores Lucas Feres e Lucas Lago comemoram hoje os 33 anos de inauguração da Casa do Benin, em solenidade virtual pelo YouTube, que começa hoje e vai até o dia 18. Fernando Guerreiro, presidente da Fundação Gregório de Mattos, que administra a casa, estará presente.

Zé Jonas

A morte de José Carlos Marques, o Zé Jonas (PSB), presidente da Câmara de Brumado, vítima da Covid, entristeceu todo o sudoeste.

Deputados do PDT na espera

Rui Costa chegou a se reunir com os três deputados estaduais do PDT, Roberto Carlos, Euclides Fernandes e Samuel Junior, quando externou a sua inquietação com os rumos que o partido dele vem tomando.

Dos três, Roberto Carlos e Euclides se afinam mais com a ideia de permanecer no governo. Samuel é evangélico da Assembleia de Deus. Não diz, mas, na disputa entre Ciro Gomes e Lula, está mais para Bolsonaro.

Luiz Augusto volta à cena

Com a ida de Nelson Leal (PP) para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, quem volta à cena na Assembleia, estreando no quinto mandato, é Luiz Augusto Moraes, o Luiz Augusto.

Luiz Augusto é primo de Nilo Coelho (PSDB), prefeito de Guanambi, mas todos dizem que é sobrinho. Os dois se dão muito bem, embora politicamente, pelo menos do ponto de vista da filiação partidária, é cada qual no seu canto.

Elisângela, caso à parte

O assassinato de Elisângela Silva de Jesus, sobrinha de Eliana Gonzaga de Jesus (Republicanos), prefeita de Cachoeira, nada tem a ver com as ameaças que a governante vem sofrendo nem com os dois aliados dela também assassinados, no sentimento coletivo em Cachoeira.

Sediz que ela nem era o alvo. E sim o companheiro dela, Manoel, também assassinado. Mas como o clima em Cachoeira é tenso, a primeira pergunta foi essa: tem a ver?

Heineken amplia a sua cervejaria em Alagoinhas

Luciano Fonseca, diretor da Heineken em Alagoinhas, revelou ao prefeito Joaquim Neto (PSD) que a empresa está ampliando as suas instalações na cidade para fabricar lá para todo o país a cerveja Mistel.

Diz Joaquim que a Heineken em Alagoinhas, com 900 funcionários, trabalha dia e noite sem parar produzindo 12 milhões de litros por dia.

— Em compensação, das 170 indústrias que a Heineken tem no mundo, a de Alagoinhas já é a primeira do Brasil e quarta do mundo.

Joaquim diz que outras cervejarias também vão bem. A Itaipava, que na pandemia desacelerou as atividades e chegou a demitir, está retomando às atividades normais.

— Uma geladina na volta ao normal cai bem.

DENGUE AQUI NÃO!

O FOCO É ACABAR COM O MOSQUITO.



Mantenha a caixa d'água fechada



Encha de areia os pratos dos vasos de plantas



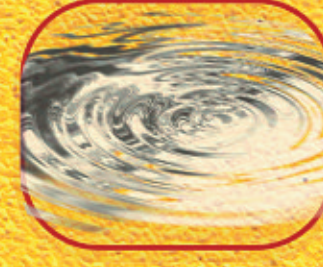
Guarde seus pneus em local coberto



Coloque o lixo em sacos plásticos e mantenha a lixeira fechada



Guarde as garrafas sempre de cabeça para baixo



Não deixe água parada de chuva se acumular

ECONOMIA & NEGÓCIOS

economia@grupoatarde.com.br

AUXÍLIO Benefício para trabalhadores da cultura e de eventos será pago hoje


www.atarde.com.br/economia

Armando Avena



ANÁLISE ECONÔMICA, FATOS E NEGÓCIOS

atarde.com.br/colunista/armandoavena
armandoavena@grupoatarde.com.br

Bahia: o peso da cultura e da economia criativa

A chamada economia criativa foi uma das que mais sofreram na pandemia já que a maioria dos seus segmentos lida diretamente com o público e o distanciamento social tornou impossível a realização de festas, espetáculos e eventos. O segmento deve se recuperar à medida que a vacinação avança e já se vê festas e shows ocorrendo em países que agilizaram a vacinação. Mas afinal o que é essa tal de economia criativa e qual o seu peso na economia?

A economia criativa é aquela que envolve atividades culturais, gastronomia, publicidade, serviços de arquitetura e design e outros. É a SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia acaba de divulgar pela primeira vez o Valor Agregado da Economia Criativa na Bahia, que pode ser considerado como o PIB do setor. Assim, o PIB

da Economia Criativa representou 3,2% do PIB baiano no ano de 2018. O número é expressivo e representa uma movimentação econômica da ordem de R\$ 8 bilhões. Ora, levando em conta que toda a atividade turística é responsável por 4,3% do PIB baiano, os números da economia criativa surpreendem. Mas, atenção, não pode haver comparação,

O PIB do setor alcançou 3,2% do PIB baiano no ano de 2018, representando movimentação econômica de R\$ 8 bilhões

pois segmentos do turismo fazem parte da economia criativa e vice-versa.

Na verdade, a economia criativa se divide em 3 dimensões. A primeira, que poderia ser considerada como PIB da cultura, representa 25% da economia criativa. Nessa dimensão, o principal vetor são as festas e celebrações que respondem por quase 50% desse componente, o que demonstra que a sabedoria popular está certa quando diz que na Bahia festa é sinônimo de emprego e renda. Mas nessa dimensão também aparecem como fundamentais a produção artística e audiovisual e também a música e a produção editorial.

As outras duas dimensões são as atividades relacionadas ao segmento criativo (gastronomia, TI, atividades comerciais e industriais) e aos serviços de base cultural representados pela publicidade e

por arquitetura e design.

No cômputo global, o principal segmento da economia criativa é a gastronomia, responsável por 43% do PIB do setor, seguida por atividades relacionadas com festas e celebrações, atividades comerciais e tecnologia da informação que participam com cerca de 10% cada. A publicidade e os serviços de arquitetura e design contribuem com 5% cada para formar o PIB do setor.

A economia criativa também gera emprego e é responsável por cerca de 5% do emprego formal na Bahia e por quase 2% do total de ocupados. E as atividades culturais de TV aberta, rádio, artes cênicas, espetáculos e fabricação de artefatos são as que mais geram empregos formais. Em resumo: A economia criativa é fundamental para a economia baiana e o poder público tem o dever de apoiá-la.

A soja tomou o lugar do cacau

A Bahia não é mais a terra do cacau, é a terra da soja. Em 2020, a soja e seus derivados lideraram a pauta de exportações, com vendas que atingiram 1,7 bilhão de dólares, representando 21% do comércio exterior da Bahia. E não foi por causa da pandemia, embora o preço tenha dobrado no período, pois desde 2018 a soja é líder nas exportações

baianas. Em 2021, a safra de soja vai atingir 6,8 milhões de toneladas, novo recorde, 8% a mais que a safra anterior e quase 6% da produção brasileira. Brasil. E a produtividade vai atingir este ano a 67 sacas/hectare, a maior do país. Não existe crise na região Oeste, pois quando os dólares gerados pela soja o comércio e os serviços deslançam.

A questão Reiq

A indústria petroquímica é líder no setor industrial baiano e A TARDE vem alertando sobre os efeitos danosos da medida provisória que extingue o Reiq – Regime Especial da Indústria Química que vai fazer com que as alíquotas de impostos pagos pelas empresas (PIS e Cofins) pulem de 3,65% para 9,25%. Segundo a Fieb, se a medida vingar, a produção pode se

reduzir em 20%, e ocorrer o fechamento de empresas e a perda de até 33 mil empregos. Na petroquímica, a competição é mundial e o Reiq equaliza o custo-Brasil mantendo a competitividade. Claro, em algum momento esse subsídio terá de ser revertido, mas isso tem de ser feito gradualmente no bojo de uma reforma tributária mais ampla.

FISCALIZAÇÃO Processo será submetido ao plenário do tribunal, que definirá as correções a serem realizadas

Auditoria do TCE/BA aponta irregularidades em ferry e lanchas

DA REDAÇÃO

Em auditoria especial realizada no sistema de travessias entre Salvador e Ilha de Itaparica, realizados por ferry-boats e lanchas, a 1ª Coordenadoria de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado da Bahia (TCE/BA) constatou a existência de várias irregularidades, inclusive no que diz respeito aos necessários cuidados de prevenção contra a pandemia da Covid-19. Entre as falhas apontadas pelos auditores, estão itens como a inexecução de parcela relevante dos investimentos pactuados no sistema de concessão do sistema e a incompleta implementação dos sistemas de cobrança/bilhetagem e de gerenciamento, apesar de estarem autorizados pela Agerba (Agência Estadual de Regulação de Serviços Públi-

cos de Energia, Transportes e Comunicações da Bahia) desde 2015.

A auditoria foi concluída no dia 26/02, após ter sido autorizada pelo plenário do TCE/BA em outubro de 2020 em decorrência das reclamações dos usuários daquele sistema de transportes. O processo da auditoria será submetido ao plenário do tribunal para a decisão colegiada que definirá as determinações a serem cumpridas.

A auditoria apontou que, no sistema de ferry-boats, não estão sendo observados os critérios e medidas sanitárias estabelecidos pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária e Saúde) para garantir o distanciamento mínimo de dois metros dentro da embarcação, além de falhas na adoção das medidas para a mitigação da propagação do novo coronavírus.

Segundo a apuração, deixaram de ser realizados R\$ 15 milhões em investimentos

Com relação ao sistema de ferry-boats, a auditoria constatou que, apesar de existir cláusula contratual com o quadro de indicadores de desempenho, existe outra cláusula que impede essa verificação enquanto o Governo do Estado não disponibilizar área para a construção de instalações necessárias à manutenção das embarcações que exijam a condição de dique seco. Essa área deveria estar



Ferry e lanchas teriam descumprido medidas de prevenção ao novo coronavírus

pronta em até um ano da data da assinatura do contrato (15 de julho de 2014).

Também foi observada a inexecução de parcela relevante dos investimentos pactuados, orçados em R\$ 15 milhões e que deveriam ser concluídos pela concessionária em até três anos da assinatura do contrato. Outro fato observado diz respeito aos sistemas de cobrança/bilhetagem e de gerenciamento da

demanda que não foram totalmente implementados, apesar de estarem autorizados pela Agerba desde 2015.

No sistema de lanchas para a travessia entre Salvador e Vera Cruz, foi observado que os contratos foram celebrados sem cláusulas essenciais previstas na lei de concessões e permissões de serviços públicos (Lei Federal nº 8.987/1995), com previsão de critérios, indicadores, fórmu-

las e parâmetros definidores da qualidade do serviço e formas de verificação das instalações e equipamentos, entre outros aspectos.

A auditoria também identificou fragilidades no sistema de fiscalização exercido pela Agerba, que não demonstrou como é efetuada nem apresentou documentos ou relatórios que comprovassem a atuação da Autarquia no exercício de 2020.

POR UNANIMIDADE

Copom eleva juros básicos da economia para 3,5% ao ano

WELLTON MÁXIMO
Agência Brasil, Brasília

Em meio ao aumento da inflação de alimentos, combustíveis e energia, o Banco Central (BC) subiu os juros básicos da economia em 0,75 ponto percentual pela segunda vez consecutiva. Por unanimidade, o Comitê de Política Monetária (Copom) elevou a taxa Selic de 2,75% para 3,5% ao ano. A decisão era esperada pelos analistas financeiros.

Com a decisão de ontem, a Selic continua em um ciclo de alta, depois de passar seis anos sem ser elevada. De julho de 2015 a outubro de 2016, a taxa permaneceu em 14,25% ao ano. Depois disso, o Copom voltou a reduzir os juros básicos da economia até que a taxa chegasse a 6,5% ao ano, em março de 2018.

Em julho de 2019, a Selic voltou a ser reduzida até alcançar 2% ao ano em agosto de 2020, influenciada pela contração econômica gerada

pela pandemia de Covid-19. Esse era o menor nível da série histórica iniciada em 1986.

A Selic é o principal instrumento do Banco Central para manter sob controle a inflação oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Em março, o indicador fechou no maior nível para o mês desde 2015 e acumula 6,1% no acumulado de 12 meses, pressionado pelo dólar e pela alta dos combustíveis e do gás de cozinha.

DECLÍNIO

Produção industrial cai 2,4% de fevereiro para março

VITOR ABDALA
Agência Brasil, Rio de Janeiro

A produção industrial brasileira recuou 2,4% na passagem de fevereiro para março deste ano, segundo dados divulgados ontem, no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua Pesquisa Industrial Mensal (PIM). Essa é a segunda queda consecutiva, já que, de janeiro para fevereiro, houve uma retração de 1%.

Em 12 meses, a indústria acumula perda de 3,1%. Na comparação com março do ano passado, início das medidas restritivas para combater a pandemia da Covid-19, houve alta de 10,5%. No acumulado do ano, a indústria cresceu 4,4%.

Na comparação de março com fevereiro deste ano, o maior recuo foi observado nos bens de consumo semi e não duráveis (-10,2%). Também caíram os bens de consumo duráveis (-7,8%) e bens

de capital, isto é, as máquinas e equipamentos usados no setor produtivo (-6,9%).

Os bens intermediários, os chamados insumos industrializados, tiveram alta de 0,2% no período.

Quinze das 26 atividades industriais pesquisadas tiveram queda na produção de fevereiro para março. O principal responsável por esse comportamento da indústria foi o setor de veículos automotores, reboques e carrocerias (-8,4%).

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR



jairo.junior@redebahia.com.br



@satelite

“É inadmissível que depois de tantos anos, a Via Bahia não esteja cumprindo aquilo que lhe cabe no contrato. São vidas expostas e colocadas em risco todos os dias **Leur Lomanto Jr.**

Deputado federal pelo DEM da Bahia, ao criticar a concessionária pelo que chama de falta de compromisso em melhorar trechos perigosos da BR-116, a exemplo da Serra do Mutum, entre Jequié e Jaguaquara.

Idas e vindas

Relator da Faroeste no Superior Tribunal de Justiça, o ministro Og Fernandes solicitou à Polícia Federal que informe se já foi feita perícia em dois iPhones pertencentes a Luciana e Lucas Santiago, respectivamente, filha e neto da desembargadora presa Maria do Socorro Barreto Santiago. Os smartphones foram apreendidos durante buscas realizadas em endereços ligados à magistrada na primeira fase da operação, em novembro de 2019. A decisão de Fernandes é resultado de uma ação em que a defesa da desembargadora pede a restituição dos aparelhos, protocolada no STJ em 16 de abril. Além de informar se houve análise nos iPhones e cobrar o relatório pericial, o ministro determinou ainda que a PF esclareça, até o próximo dia 8, se é necessário para a investigação mantê-los apreendidos.

FORA DE FOCO

Ao relator da Faroeste, o Ministério Público Federal disse não haver elementos que possam confirmar o valor dos iPhones da filha e do neto de Maria do Socorro para a investigação sobre a venda de sentenças na Justiça baiana.

Rota de voo

O deputado federal Elmar Nascimento (DEM) trabalha intensamente para pavimentar a candidatura ao Senado em 2022, em movimento que passa pela troca de partido. Aos aliados mais próximos, Elmar confidenciou que está decidido a deixar o DEM e ingressar em uma legenda que lhe garanta maior poder interno. Nos planos do parlamentar, o alvo principal é o PL, sigla da qual foi filiado por dez anos.

Via alternativa

Embora dialogue cada vez mais com caciques do PDT, o presidente do Bahia, Guilherme Bellintani, ampliou o leque de opções para tentar conquistar espaço na chapa majoritária da oposição ao governo do estado ano que vem. Agora, Bellintani ajustou a mira também sobre o PSDB.

Panos quentes

Parlamentares da bancada oposicionista na Assembleia cogitam aliviar a barra do deputado estadual Capitão Alden (PSL) no Conselho de Ética. Em vez da cassação de Alden por acusações de receber de R\$ 1,6 milhão da prefeitura de Salvador, vão propor que ele seja suspenso.

Dendê na roda

O deputado federal Félix Mendonça Jr. (PDT) teve papel decisivo para barrar o projeto que institui o impeachment de ministros do Supremo por usurpação de poder do Congresso, rejeitado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ). Em meio a sinais que indicavam aprovação da proposta, Félix Jr. convenceu os três outros membros do PDT na CCJ a votarem contra a matéria, derrubada pelo placar apertado de 33x32.

Fim de jejum

A ida de Nelson Leal (PP) para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico encerrou a longa espera do ex-deputado Luiz Augusto (PP) na fila de suplentes. Após a inesperada derrota de Zé Raimundo (PT) na briga pela prefeitura de Conquista, a nomeação de Leal era a última chance de voltar à Assembleia.

Para ela a melhor notícia sempre foi você ♥



No dia 07/05, compre o Correio e leve 01 copo comemorativo do Dia das Mães.



Jornal + copo
R\$ 2,50



Correio*

Aviso: Oferta válida somente durante o período. Assinantes podem solicitar o benefício através do Correio de Atendimento (0800 744111) ou partir de dia 07/05/2021. Correio é uma marca registrada da Editora do Correio. Todos os direitos reservados.

Farmácias podem vacinar 10 milhões de pessoas por mês

CAMPANHA As principais redes de farmácias do Brasil estão preparadas para vacinar 10 milhões de pessoas por mês contra a covid-19. Segundo a Associação Brasileira do Comércio Farmacêutico (Abrafarma), 5,5 mil pontos de vendas que possuem estrutura para a aplicação de vacinas foram oferecidos ao Ministério da Saúde para reforçar a estrutura de vacinação da população brasileira. Além disso, os 40 centros de distribuição pertencentes às filiadas estão disponíveis para auxiliar na logística de distribuição dos medicamentos.

“Nós estamos oferecendo a nossa estrutura nesta parceria. É um apoio que queremos dar sem nenhum tipo de custo”, explicou ontem o presidente executivo da Abrafarma, Sérgio Mena Barreto. Ele rechaçou a possibi-

5,5
mil pontos de vendas de redes filiadas à Abrafarma estão à disposição do Ministério da Saúde. Juntos, somam 44% do faturamento do setor

lidade de as farmácias comparem doses para revender. “A fila é única, só tem que andar mais rápido, e queremos ajudar nisso”. A Abrafarma estima que a operação poderá se iniciar em junho, quando se espera que haja a disponibilidade de um volume maior de vacinas disponíveis.

Segundo ele, a entidade já preparou um aplicativo que vai disponibilizar para os consumidores a possibilidade de escolher a farmácia mais próxima de sua residência, além da marcação do horário, para evitar aglomerações. “Nós sabemos que o SUS (Sistema Único de Saúde) já tem muitos locais para a vacinação, mas com a nossa estrutura e com o Exército, o Brasil poderá chegar com tranquilidade à marca de 2 milhões de doses aplicadas por mês, que é o que o país precisa para retomar o ritmo de normalidade em

breve”, avalia.

Barreto lembrou ainda que as farmácias ainda podem ajudar no armazenamento das vacinas, pois os centros de distribuição contam com estruturas para a refrigeração dos imunizantes, pois já lidam normalmente com produtos que precisam de refrigeração.

Em algumas unidades de farmácias na cidade de São Paulo os imunizantes já estão sendo aplicados em farmácias, graças a um acordo com a prefeitura local. Em outra frente, o segmento já realizou mais de 6 milhões de testes rápidos.

A comercialização de testes rendeu ao setor aproximadamente 1% do faturamento total de 2020 (mais de R\$ 58 bi). A Abrafarma representa 26 redes de comercialização de medicamentos, que representam cerca de 44% do faturamento do setor no país

Bolsonaro veta prorrogação de prazo de entrega do IR

ATÉ 31 DE MAIO O presidente Jair Bolsonaro decidiu vetar o projeto de lei que prorrogava o prazo final para entrega da declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) para o dia 31 de julho de 2021. Com o veto, está mantida a data de 31 de maio como prazo limite para prestação de contas com o Fisco.

Em nota divulgada ontem, a Secretaria Geral da Presidência da República diz que a proposta de mudança foi “vetada por causar um desequilíbrio do fluxo de recursos”. O veto foi uma recomendação feita pelo Ministério da Economia. O prazo original para envio das declarações, bem como o pagamento da primeira cota do imposto, era 30 de abril. Por causa da pandemia da covid-19, a Receita Federal já tinha adiado a data limite para 31 de maio. No ano passado, pela mesma razão, o governo ampliou o prazo para envio dos documentos de 30 de abril para 30 de junho.

PRODUÇÃO INDUSTRIAL CAI 2,4%

EFEITO COVID O recrudescimento da pandemia de covid-19 voltou a afetar o desempenho da indústria na passagem de fevereiro para março. A produção recuou 2,4%, após perda de 1,0% no mês anterior, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. “Tem relação direta com esse início de 2021 com menor ritmo da produção, tem uma associação bem clara com o recrudescimento da pandemia”, constatou André Macedo, gerente da Coordenação de Indústria do IBGE.

COPOM ELEVA TAXA SELIC PARA 3,5% AO ANO

JURO Para conter a escalada da inflação, o Banco Central elevou ontem a Selic (a taxa básica de juros), de 2,75% para 3,5% ao ano. É o segundo aumento consecutivo de 0,75 ponto porcentual, em um movimento iniciado em março. Ao anunciar a decisão, o BC também sinalizou a intenção de promover novo aumento no próximo mês, para 4,25% ao ano. A alta de juros pode impactar nos investimentos e prejudicar a retomada da economia no período pós-pandêmico.

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

O presidente e o delito continuado

O que a CPI mostrou até agora foi que o presidente Jair Bolsonaro impediu dois ministros da Saúde de agirem conforme as orientações técnicas e científicas durante a pandemia. O ato foi continuado. O ex-ministro Nelson Teich repetiu ontem diversas vezes a informação de que ele não concordava com a recomendação de uso da cloroquina e, por divergir disso, saiu. O ex-ministro Luiz Henrique Mandetta entregou carta a Bolsonaro, fez cenário, mostrou a gravidade da crise e teve que enfrentar uma assessoria paralela no Planalto que queria o uso da cloroquina. Não aceitou e, por isso, foi demitido. As orientações dos ministros poderiam ter salvado vidas.

O presidente da República amarrou a mão de seus ministros, os impediu de agir, não ouviu técnicos, ignorou a ciência, desafiou a medicina e impôs a sua forma de conduzir o país numa pandemia. E isso está nos levando à morte. Bolsonaro deu várias vezes sinais explícitos de que aposta na tese perigosa de ampliar a contaminação para chegar ao fim mais rápido da pandemia. Ontem, Nelson Teich foi claro: “Essa tese de imunida-

de de rebanho, onde você adquire a imunidade através do contato e não da vacina, isso é um erro.”

O ex-ministro Luiz Henrique Mandetta explicou que a crise seria longa, trágica, mataria, no pior cenário que fez, 180 mil brasileiros em 2020. Foram 11 mil a mais. Disse que não havia remédio, portanto era para seguir o que sempre foi usado nas epidemias de doenças infecciosas: o distanciamento social. O presidente o ignorou. Nem mesmo a máscara ele adotou. Pelo contrário, quem entra no Planalto é até estrangido a tirar a máscara, como me disse uma autoridade. Da mesma forma que o general Eduardo Ramos tomou vacina escondido, o código perto de Bolsonaro é esconder a máscara. Essa é a lógica tacanha de

quem preside o país.

Mandetta diz que foi chamado a uma reunião no terceiro andar, gabinete do presidente, e lá viu a minuta de um decreto que imporia a mudança da bula da cloroquina. Estavam presentes pessoas estranhas ao governo, mas que o presidente ouvia sobre saúde, em vez de o ministro. Presente também o filho Carlos, que participa de reuniões ministeriais com direito a assento na mesa. Tudo era o retrato de um governo distorcido.

Teich contou que num dia houve uma live em que o presidente garantiu que ampliaria o uso da cloroquina e, no dia seguinte, ele falou a mesma coisa em uma declaração na saída do Alvorada. Isso sem a aprovação do ministro da Saúde. Foi essa a sequência final dos eventos que

levou Teich a sair do governo, 29 dias depois de ter entrado.

Nesses dois dias da CPI ficou claro que o único ministro da Saúde que ele permitia ficar no cargo era um que aceitasse dizer a frase: “Senhores, é simples assim: ele manda, eu obedeco”. A propósito, Teich aceitou o general Pazuello como seu secretário-executivo, e com a experiência da proximidade disse que ele não tinha o conhecimento técnico suficiente em gestão de saúde para ocupar a posição de ministro da Saúde.

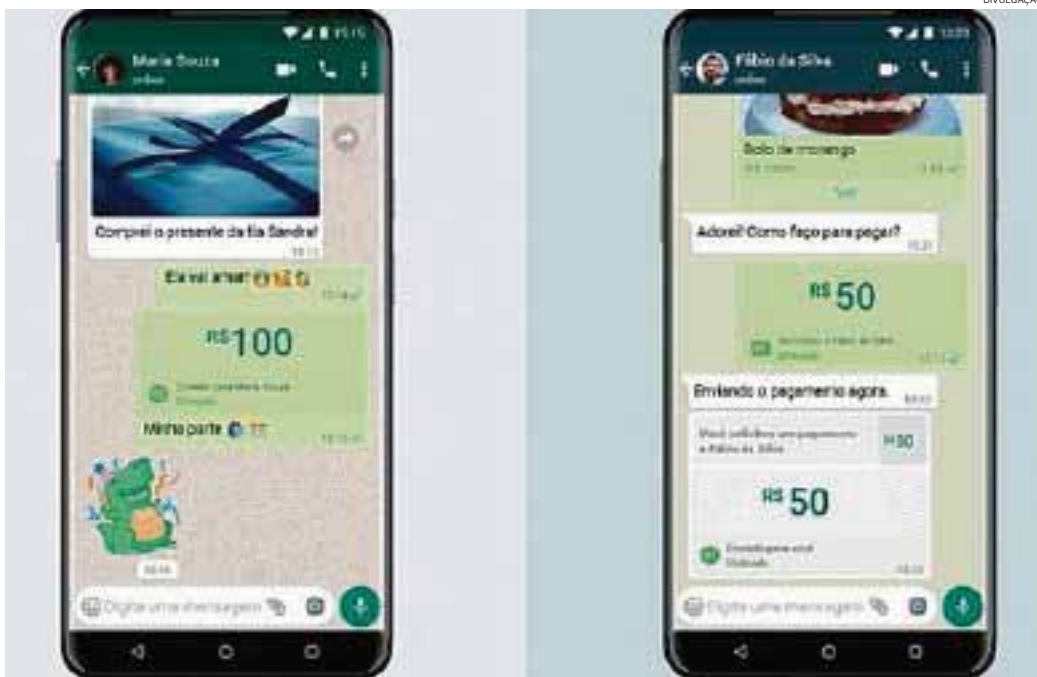
Pazuello ocupou o cargo, no meio de uma pandemia, porque era o único a aceitar o cabresto do presidente. Cabresto que ele tenta impor ao país com seu mandonismo agressivo. Ontem foi mais um dia de ameaças institucionais ao país, gritadas no

meio de um evento oficial. Disse que vai baixar um decreto contra as medidas protetivas adotadas por prefeitos e governadores.

— Se baixar esse decreto, ele será cumprido e não será contestado, não ousem contestar — berrou Bolsonaro, querendo dizer que a Justiça não poderia revoogar tal ato.

Ontem também o presidente fez novo ataque à China, insinuando que o vírus teria sido parte de uma guerra química, bacteriológica.

Poderia ser só insensatez, mas é muito mais. Bolsonaro está acuado. Está ficando claro que ele cometeu delito continuado na gestão da pandemia. Derrubou os ministros que queriam nos conduzir para um cenário de menos mortes e mais proteção, impôs um que seguiu todas as suas ordens e que agora está se escondendo na barra da farda do Exército. O comando de Bolsonaro foi claro: exposição ao vírus, cloroquina e ameaças autoritárias. Enquanto a CPI fazia nova radiografia do seu absurdo modo de governar, Bolsonaro deu mais um dos seus gritos. Queria distrair a atenção. O risco é o país não reagir a esse cantidato a ditador.



DIVULGAÇÃO

Telas divulgadas pelo WhatsApp mostram como será feito pagamento pelo aplicativo

MANDA UM ZAP E TÁ PAGO

Tecnologia WhatsApp agora permite fazer pagamentos; saiba como funciona

Marcela Villar
REPORTAGEM
marcela.villar@reddebahia.com.br

O WhatsApp é o aplicativo mais usado pelos brasileiros e, agora, terá mais uma funcionalidade: você poderá fazer pagamentos através dele. A empresa anunciou, na última terça-feira, que a função estará disponível no Brasil nos próximos dias. Não haverá taxas de transferências – é como se fosse o Pix, só que dentro do próprio aplicativo.

O limite por transação é de R\$ 1 mil. Cada usuário pode receber até 20 operações por dia, sendo o total de R\$ 5 mil por mês – o limite pode ser menor a depender do banco. Neste primeiro momento, só é permitido fazer pagamentos entre pessoas físicas. A empresa pretende expandir para pessoas jurídicas, em breve.

Os bancos parceiros habilitados para oferecer o serviço são: Banco do Brasil, Banco Inter, Bradesco, Itaú, Mercado Pago, Next, Nubank, Sicredi e Woop Sicredi, com as bandeiras Visa e Mastercard. O modelo, operado pela Cielo, só permite que se pague com cartões de débito, pré-pagos ou de dupla função, crédito e débito. Ainda não é autorizado para cartão de crédito.

As transações são habilitadas pelo Facebook Pay e, segundo a empresa, são protegidas por várias camadas de segurança, como a senha do Facebook Pay ou a biometria, em dispositivos compatíveis. O serviço não vale para o Whatsapp Web e ainda não é possível fazer transações internacionais.

ANSIOSOS E DESCONFIADOS

A nova funcionalidade dividiu opiniões. O engenheiro de produção Daniel Jones, 23, não vê a hora de usar o serviço. Para fazer transações, ele hoje usa o Nubank, pelo Pix.

“Já estava acompanhando a tramitação faz um tempo, e usaria pela segurança e pela praticidade. Hoje, a gente tem que abrir aplicativo do banco, colocar senha, código de acesso, outra conta. Pelo WhatsApp seria algo bem mais simples, porque é uma plataforma mais fácil de usar e não é tão pesada”, avalia.

Já a estudante de Economia da Universidade Federal da Bahia (Ufba) Carolina Reitermajer, 23, não usaria. Ela realiza transferências ou pelo Pix ou pelo aplicativo do Banco do Brasil, onde tem conta.

“Acho desnecessário você sair entregando informação para tudo quanto é site. Dar CPF, número de conta, são rastros digitais desnecessá-

rios. Já basta o aplicativo do banco. Não acho o WhatsApp uma plataforma confiável. Nenhum site que pede suas informações é confiável”, diz Carolina, desconfiada.

SEGURANÇA

O advogado e professor Diogo Guanabara, coordenador da pós-graduação de Direito Digital da Faculdade Baiana de Direito, assegura que a aplicação é confiável porque as informações bancárias não estarão disponíveis no aplicativo.

“A ferramenta está inserida em um contexto de autorização do Banco Central, que permite que o WhatsApp atue como um iniciador de pagamentos. Ele não vai virar um banco. Você não tem como abrir uma conta e botar dinheiro lá dentro. Ele vai fazer uma ligação com o banco, a partir do qual vai transacionar as informações”, esclarece.

Ele acrescenta que a iniciativa foi criada a partir da lógica do open banking, uma forma que permite que mais pessoas tenham acesso ao mundo da bancarização. “O WhatsApp, através do Facebook Pay, está agora querendo facilitar micro pagamentos de forma rápida e segura. Até então, no Brasil, é um setor muito regulado, muito seguro, mas de difícil penetra-

ção na vida popular, porque muitas pessoas não têm contas bancárias. Esse modelo tenta distribuir melhor essa presença dos bancos”, diz.

Advogada especialista em Direito Digital, Maria Clara Seixas, explica que toda facilidade de transação é motivo de desconfiança, ainda mais em um contexto de vazamentos de conversas e golpes pelo aplicativo.

A principal forma de evitar golpes com esse novo serviço é tentar impedir clonagens. “É fundamental que o usuário do aplicativo se certifique que está de fato conversando com seus contatos, sempre desconfiando de solicitações de transferência de dinheiro e verificando por meio de ligação quem está do outro lado do aplicativo interagindo com ele”, aconselha.

Segundo ela, a maioria dos golpes envolvem não questões técnicas, de quebra de barreiras de segurança, mas uso da engenharia social. “Isso leva o usuário a repassar para terceiros o seu código de WhatsApp recebido por SMS. Estar sempre atento a qualquer repasse de informações de acesso a terceiros é a principal prevenção”, recomenda. Maria Clara orienta que é sempre recomendável ter o fator de dupla autenticação habilitado no WhatsApp e manter o aplicativo sempre atualizado.

Guanabara completa: “É importante entender que isso não vai estar amplamente possível para todos os usuários, vai vir aos poucos. O banco que vai habilitar essa função e permitir, por meio de um comunicado oficial. Por isso, não se deve clicar em nenhum link que um suposto gerente passar para você, ou você repassar nenhum tipo de código”.

Sobre a transferência incorreta para um usuário, o WhatsApp disse que “não consegue recuperar um pagamento depois de enviado. É recomendado solicitar a devolução da quantia ao destinatário”. Porém, a empresa tranquiliza que, em caso de invasão de conta, como quando o golpista instala o perfil em um dispositivo diferente, ele não conseguirá realizar pagamentos, pois é necessário o uso do PIN do Facebook Pay ou da biometria para confirmar uma transação.

Além disso, se a conta do WhatsApp for instalada em um novo aparelho, as informações de pagamentos são automaticamente redefinidas, evitando que golpistas tenham acesso à sua conta do Facebook Pay.

***SOB ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO**

PASSO A PASSO

● **Abra a conversa com o contato para o qual você deseja enviar o dinheiro, toque em Anexar e depois em Pagamento.**

● **Aperte continuar na tela do Facebook Pay para aceitar os Termos de Serviço e a Política de Privacidade do Pagamentos no WhatsApp, do Facebook, do Facebook Pagamentos e da Cielo.**

● **Crie um PIN de 6 dígitos para o Facebook Pay.**

● **Insira seu PIN do Facebook Pay novamente para confirmá-lo e toque em Avançar.**

● **Para usar sua impressão digital ao invés de inserir seu PIN manualmente, toque em USAR IMPRESSÃO DIGITAL. Caso contrário, toque em Pular para inserir o PIN manualmente.**

● **Insira seu nome, sobrenome e CPF. Em seguida, toque em Avançar.**

● **Adicione os dados do seu cartão, incluindo o número do seu cartão de débito, a data de validade e o código CVV.**

● **Toque em SALVAR.**

● **Você também pode configurar o Facebook Pay no WhatsApp. Para isso, toque em Mais opções > Configurações > Pagamentos > Facebook Pay > CONTINUAR.**

Tribuna

PONTO DE VISTA

JOACIGÓES



Para a Bahia sair da crise

Ao caro amigo Piotr Zalkowitsch!

A Bahia não vai bem; na verdade, a Bahia vai muito mal. Esta é a dura percepção que salta dos dados colhidos de sua realidade social e econômica, reveladora de uma declinante evolução dos índices que aferem o padrão de desenvolvimento e bem-estar dos povos, tais como: renda, educação, segurança, desemprego, saneamento básico, lazer.

Segundo pesquisa do IBGE, a Bahia tem o maior número de analfabetos do País, mais de um milhão e meio de maiores de 15 anos, enquanto 4.600.000 baianos abandonaram a escola, antes de concluir o ensino básico. Com 7,5% da população nacional, a Bahia concorre com 13% dos 11,3 milhões de analfabetos brasileiros! Com nota 3,2 no IDEB, nosso Estado encontra-se em último lugar, em matéria de ensino, ao lado do Pará e do Rio Grande do Norte. No plano da segurança pública, a

Bahia lidera o número absoluto de homicídios, à frente de estados mais populosos, como Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo, ainda que não figure em primeiro lugar no número de homicídios por grupos de cem mil habitantes. A Bahia, também, continua sendo uma das campeãs de assalto a bancos.

Tudo isso colabora para a perda de nossa competitividade econômica, refletida em uma das mais baixas rendas per capita do País, desestimulando investimentos nacionais e estrangeiros. A Bahia é uma das doze unidades federadas em que a renda média per capita da população é inferior ao salário mínimo, abaixo de estados como Ceará, Sergipe, Paraíba, Pernambuco, Roraima, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Norte, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

É fácil inferir dos dados disponíveis que a Bahia é líder nacional em matéria de impunidade. Basta comparar os dados oriundos da popu-

lação carcerária nacional. Dos setecentos mil presos que compõem a população carcerária brasileira, a Bahia concorre com magros quinze mil, pouco mais de 2%, quando, para ficar na média nacional deveria ter, pelo menos, cinquenta mil presos, correspondentes aos 7,5% de sua participação da população brasileira. Em razão de seu elevado percentual de violência, sua população carcerária deveria ser ainda maior. Isso demonstra que na Bahia é absurdamente alto o padrão dominante da licenciosidade penal de que é prova ostensiva, do conhecimento geral, a ausência de punição dos invasores e destruidores de uma modelar agroindústria, no município de Correntina, no extremo oeste do Estado, em novembro de 2017. Esse brutal crime foi perpetrado por mais de mil militantes políticos, ligados ao MST, travestidos de protetores do meio ambiente. As inúmeras ordens judiciais para desocupação de terras invadidas durante os governos petistas muito contribuíram para elevar o estágio de violência reinante no interior.

Relativamente ao saneamento básico, o mais importante fator para a saúde humana, a precariedade baiana

é expressa pela indigência dos números. Mais de 60% da população não têm o mínimo de coleta de esgoto.

É imperioso que organizemos um grande mutirão cívico e institucional, liderado pelo Governador do Estado, para soerguermos a Bahia! Para começar, o Senhor Governador poderia ler, junto com os advogados do Governo, os seguintes dispositivos da Constituição Federal, produtos de emendas de nossa autoria: Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: ... III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão III os orçamentos anuais; §5º A lei orçamentária anual compreenderá I... II...III..... §7º Os orçamentos previstos no §5º, I e II, deste artigo, compatibilizados com o plano plurianual, terão entre as suas funções a de reduzir desigualdades inter-regionais, segundo critério populacional.

É incompreensível a omissão das lideranças nordestinas em colocar em ação esses dispositivos constitucionais, tão importantes para essa região sofrida do Brasil.

ASSISTÊNCIA

CredSalvador vai gerar mais de 12 mil empregos na capital



CÂMARA DE SALVADOR aprovou nesta semana o programa CredSalvador

HENRIQUEBRINCO
REPORTER

O projeto que institui o Programa CredSalvador, e cria o Fundo de Crédito Emergencial do Município do Salvador como medida para o enfrentamento econômico da pandemia da Covid-19, vai beneficiar mais de 4300 microempreendedores, cada um gerando uma média de 3 a 5 empregos. O texto do Executivo foi aprovado no Plenário da Câmara. Após a sanção, as regras para a concessão do crédito deverão ser anunciadas pela Prefeitura.

No último dia 27, os secretários municipais Thiago Dantas (de Gestão), Mila Paes (de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda) e Giovanna Guiotti (da

Fazenda) esclareceram aos vereadores os projetos de incentivos fiscais. Na sua exposição, Mila Paes destacou que para cada real emprestado em programas de microcrédito são retornados R\$ 4,50 para o PIB das cidades em que essas concessões são realizadas. Ela também informou que Salvador possui, aproximadamente, 406 mil trabalhadores informais, 205 mil MEIs, e 61 mil MES.

O presidente da Câmara, Geraldo Júnior (MDB), explica que o objetivo é a concessão de microcrédito para fomentar a economia na cidade. "Temos tido uma luta intensa para amenizar os prejuízos de empresários e trabalhadores com a pandemia do Coronavírus. E nosso trabalho tem sido o de intermediar os pleitos das categorias de trabalhadores

e empresários. O compromisso é de salvar vidas e lutar pela movimentação da economia da cidade", frisou.

A Casa também aprovou três emendas da oposição voltadas para a população negra e de mulheres. Uma delas cria a reserva de 30% da aplicação do Fundo de Crédito Emergencial (FCE) para empreendimentos de pessoas negras, além de garantir também a paridade de gênero na distribuição do Fundo, sendo 50% destinada aos empreendimentos de mulheres negras.

Segundo a líder da oposição na Casa, vereadora Marta Rodrigues (PT), o FCE precisa contemplar a totalidade da população de Salvador. "Somos uma cidade composta por 80% da população de negros e negras. É preciso que este Fundo contemple de fato o povo da ci-

dade em sua totalidade e também as mulheres, pois além delas serem maioria populacional, configuram a maior parcela de desempregados na capital baiana", ressaltou a vereadora.

A outra emenda aprovada é para que o FCE tenha também representantes da Secretaria Municipal de Reparação (Semur) e da Secretaria Municipal de Promoção Social, Combate à Pobreza, Esportes e Lazer (Sempre). "Um projeto desta natureza só vai dinamizar a economia na cidade, diminuir o desemprego e as desigualdades, se estiver voltado para toda a população que a compõe. Salvador, cidade de maioria informal e de baixa renda, precisa incluir total representatividade no conselho para que todos e todas sejam contemplados no debate", completou.

Copom eleva Selic pela segunda vez consecutiva

ESTADÃO CONTEÚDO

Em meio à segunda onda da pandemia de covid-19 no Brasil, o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central decidiu nesta quarta-feira, 5, por unanimidade, elevar a Selic, a taxa básica de juros, em 0,75 ponto porcentual, de 2,75% para 3,50% ao ano. Esse foi o segundo aumento consecutivo dos juros, na esteira da alta recente da inflação.

Com isso, o Brasil voltou a registrar uma das maiores taxas de juros reais (descontada a inflação) do mundo. Cálculos do site MoneYou e da Infinity Asset Management indicam que o juro real brasileiro está agora em 1,60% ao ano. O País tem o terceiro juro real mais alto do planeta, con-

siderando as 40 economias mais relevantes.

Atualmente, o País só registra taxa real inferior às de Turquia (6,84%) e Indonésia (1,66%). Dos 40 países avaliados, 33 mantêm atualmente juros reais negativos, em um ambiente econômico ainda pressionado pela pandemia.

No caso do Brasil, a alta recente de juros está ligada às preocupações do Banco Central com o avanço da inflação. O IPCA - a inflação oficial do País - fechou março com elevação de 6,10% no acumulado de 12 meses. Os preços de combustíveis e alimentos seguem afetando o índice.

Nesse cenário, a decisão desta quarta-feira era largamente aguardada pelo mercado financeiro.

Tribuna

Bolsa pode deixar de ser o patinho feio no mercado

O ESTADO DE S.PAULO

Há pelo menos três meses e meio o Ibovespa vem patinando ao redor dos 120 mil pontos, ficando bem atrás do desempenho de outros índices acionários mundiais em 2021, incluindo os de países emergentes, o que suscita a seguinte questão: mesmo não tão distante do seu nível recorde histórico, a Bolsa brasileira já estaria perto do seu teto, diante da atual conjuntura macroeconômica doméstica e do cenário externo?

A resposta depende de qual Bolsa estamos falando. Isso porque desde que o Ibovespa atingiu seu nível máximo antes do início da pandemia de covid, em janeiro de 2020, o desempenho das ações ligadas à exportação de matérias-primas, como minério de ferro, celulose e aço, espelhou, em alguma medida, a impressionante valorização observada pelos índices do mercado acionário de países que vêm registrando forte retomada da economia, como os Estados Unidos.

Mas as ações de setores afetados pelas restrições à mobilidade social, adotadas para conter o rápido avanço de mortes e de casos de covid no Brasil, sofreram perdas em comparação com os preços observados antes do início da

pandemia, como as de empresas do setor de varejo.

Na última segunda-feira, o Ibovespa encerrou a sessão de negócios a 119.209 pontos. Na sua máxima antes da crise do coronavírus, o índice atingiu 119.527 pontos em 23 de janeiro de 2020.

Naquele dia, a ação ordinária da Vale fechou cotada a R\$ 55,50. Na última segunda-feira, fechou a R\$ 107,95, mas chegou a bater R\$ 111,95 na semana passada, num ganho ao redor de 100%.

No mesmo período, a ação ordinária da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) mais que triplicou de preço, passando de R\$ 15,47 para R\$ 47,54, no fechamento da última segunda-feira. Já os papéis da Suzano, maior produtora de celulose do mundo, valiam R\$ 44,45 no dia 23 de janeiro de 2020. Seu preço atingiu mais de R\$ 79 no início de março deste ano, mas recuou para R\$ 67,52 no início desta semana, ainda assim com um ganho de quase 52% em relação ao nível pré-pandemia.

O setor de fabricantes de materiais básicos, como os exportadores de commodities, e o das empresas produtoras de petróleo, gás e biocombustíveis, representam um peso de mais de 34% da composição do Ibovespa.

1 milhão de Mulheres na Bolsa

ESTADÃO

O número de investidoras na Bolsa de Valores atingiu a marca histórica de 1 milhão em abril: as mulheres somam agora 1.007.982 de CPFs na B3. Os dados são do relatório de perfil de investidores pessoas físicas, divulgado pela organização ao final de cada mês.

O crescimento de contas femininas na Bolsa deu um salto nos últimos quatro anos. Para efeito de comparação, entre 2009 e 2016, a quantidade de investidoras chegou a cair de 136.062 mil para 130.265 mil no período. Entre 2017 e 2020, entretanto, o crescimento foi de quase 500%, de 141.738 mil para 847.585 mil. As sucessivas quedas nas taxas de juros no País contribuíram para o movimento de alta. A Selic chegou no piso histórico de 2% no ano passado, o que intensificou a migração de investidores da renda fixa para a renda variável e atraiu os brasileiros que estavam ainda iniciando nos investimentos.

Tribuna

Balança comercial tem superávit de US\$ 10,34 bi

ALEXANDRO MARTELLO E
JÉSSICA SANTANA, G1 —
BRASÍLIA

A balança comercial registrou superávit recorde de US\$ 10,349 bilhões em abril, informou ontem o Ministério da Economia.

O superávit é registrado quando as exportações superam as importações. Se ocorre o contrário, é registrado déficit comercial.

No mês passado, as vendas externas somaram US\$ 26,481 bilhões e as compras do exterior totalizaram US\$ 16,132 bilhões, segundo números oficiais.

De acordo com o governo, esse é o maior superávit comercial para um único mês desde o início da série

histórica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (hoje fundido à Economia), em janeiro de 1989.

Até então, o maior superávit mensal havia sido registrado em julho do ano passado, quando as exportações superaram as compras do exterior em US\$ 7,601 bilhões (valor revisado).

O bom resultado, entre outros fatores, está relacionado à forte demanda mundial por produtos básicos, como alimentos e minério de ferro, além da disparada do dólar no Brasil - que torna as vendas externas brasileiras mais rentáveis.

O subsecretário de Inteligência e Estatísticas de

Comércio Exterior, Herlon Brandão, disse que as vendas de soja tiveram destaque no resultado de abril.

"Demanda mundial aquecida, com preços em alta, e um embarque de soja mais concentrado. Esses são os principais fatores que favoreceram esse resultado [das exportações] de abril", afirmou Brandão.

"Até março, o principal fator que explicava o aumento das exportações era o preço. Com esse grande aumento das quantidades [de embarques], chegou a esse bom resultado, com valor recorde exportado de mais de 26 bilhões de dólares. Destaco a agropecuária, sobretudo a soja. Chegamos a um volume de ex-

portação de soja neste mês [de abril] de 17,4 milhões de toneladas, um recorde absoluto para embarque de soja", completou o subsecretário.

No acumulado dos quatro primeiros meses deste ano, o governo informou que a balança teve saldo positivo de US\$ 18,257 bilhões, valor 103,9% maior do que o registrado em no mesmo período de 2020, quando foi registrado um saldo positivo de US\$ 8,955 bilhões.

De janeiro a abril, as exportações somaram US\$ 82,130 bilhões, uma alta de 26,6% na média diária em relação ao mesmo período do ano passado, e as importações somaram US\$ 63,873 bilhões, uma alta de 14%.

Cadastro positivo levou a queda dos spreads

VALOR ONLINE

A implantação do cadastro positivo "provavelmente" levou a uma queda "economicamente relevante" dos spreads bancários no período de agosto a dezembro do ano passado, de acordo com relatório enviado nesta segunda-feira (3) pelo Banco Central (BC) ao Congresso Nacional. Os spreads são a diferença entre a taxa final cobrada pelas instituições financeiras e o custo de captação desses recursos.

ENTENDA O CADASTRO POSITIVO

De maneira simplificada, o cadastro positivo é formado

por uma base de dados a respeito do histórico financeiro de pessoas físicas e jurídicas, como atrasos ou não no pagamento de empréstimos. Com base nessas informações, os clientes ganham espécies de notas, nas quais as instituições financeiras se baseiam para decidir quanto cobrar por empréstimos.

No documento, a autoridade monetária destaca que, no caso do crédito pessoal não consignado, o spread caiu em média 10,4% na comparação entre os usuários que tinham pontuação no cadastro e aqueles que não tinham. Esse recuo equivale a uma queda de 31 pontos percentuais, "quando considera-

da a taxa de juros média de 299% ao ano observada nessa amostra de operações".

No caso dos tomadores que tiveram melhora em sua nota no período, o recuo foi ainda maior, de 15,9%, o equivalente a 40 pontos percentuais. Nesse caso, a taxa anterior média era de 257% ao ano.

"A relação entre taxa de juros e escores mostram evidência de que as informações provenientes do cadastro positivo provavelmente levaram a uma queda, em média, das taxas juros para clientes novos de operações de empréstimo pessoal no período de agosto a dezembro de 2020", diz o BC. "Essa queda foi estatisticamente

significante e economicamente relevante para aqueles tomadores cujo escore novo era melhor do que o escore antigo." A instituição ressalta, no entanto, que os números foram analisados durante a pandemia, "o que prejudica a generalização de resultados para outros períodos".

Uma lei de 2019 estabeleceu a inclusão automática de dados no cadastro positivo. Se quiserem retirá-los de lá, empresas e pessoas físicas precisam fazer uma solicitação formal. Antes, o sistema funcionava de forma oposta: os tomadores de empréstimos precisavam pedir para serem incluídos no cadastro.

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 05/05/2021	Página: 05

Tribuna

INSS antecipa décimo terceiro dos aposentados em duas parcelas. Boa medida

G1

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) começa a pagar no dia 25 de maio a primeira parcela do 13º salário para aposentados e pensionistas. O pagamento, que em geral costuma ocorrer em julho, foi antecipado novamente neste ano por conta da pandemia de coronavírus.

As parcelas do 13º serão pagas junto com o benefício

de cada mês.

Para aqueles que recebem até 1 salário mínimo, o depósito da antecipação será feito entre os dias 25 de maio e 8 de junho, de acordo com o número final do benefício, sem levar em conta o dígito verificador.

Já a segunda parcela será paga entre 24 de junho e 7 de julho. Veja no calendário abaixo:

Segurados com renda mensal acima do salário mínimo terão seus pagamentos

creditados entre 1 e 8 de junho, conforme calendário abaixo. A segunda parcela será creditada entre 1º e 7 de julho. Tem direito ao 13º quem, durante o ano, recebeu aposentadoria, pensão por morte, auxílio-doença, auxílio-acidente ou auxílio-reclusão. Na hipótese de cessação programada do benefício, prevista antes de 31 de dezembro de 2021, será pago o valor proporcional do abono anual ao beneficiário, informou o INSS.

INCENTIVO

SOS para os profissionais da cultura começa a ser pago hoje

CLEUSA DUARTE
REPORTER

Trabalhadores do setor de eventos em Salvador começam a receber hoje, quinta-feira (6), o benefício do programa SOS Cultura, em uma parcela única de R\$ 1.100. Para checar se estão devidamente cadastrados, os beneficiários devem acessar o site e conferir. De acordo com a prefeitura de Salvador (PMS), foram investidos R\$ 5,4 milhões, além da doação de R\$ 1,2 milhão da iniciativa privada para o pagamento deste benefício.

O pagamento será feito através de uma conta poupança social digital, pelo aplicativo Caixa Tem, e sacar o valor no banco ou lotérica. Quem não tem o NIS (Número de Identificação Social),

poderá fazer o saque a partir de segunda-feira (10) diretamente no banco ou lotérica com um documento de identificação. O prefeito ainda ressaltou que alguns casos ainda estão sendo conferidos, por isso o nome pode não aparecer na lista no momento. Além disso, 172 pessoas serão listadas para receber pelo Bradesco, porque não preencheram requisitos para receber pela Caixa.

O site para consulta é o soscultura.salvador.ba.gov, e ver se já estão regularmente cadastrados. No site, por consulta de CPF, é possível fazer conferência e contestação de dados, bem como checar se já é beneficiário de um outro programa.

O auxílio será pago a cerca de 6 mil trabalhadores de três categorias: os da área de

FOTO: BEITTO JR./SECOM



BRUNO REIS

O valor será de R\$ 1.100, segundo o prefeito

cultura que possuam cadastro validado na Fundação Gregório de

Mattos (FGM), os da área de eventos e eventos sociais cadastrados pela

Empresa Salvador Turismo (Saltur) e aqueles que atuam no Centro Histórico de Salvador que tenham sido cadastrados pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo (Secult). Todos esses profissionais já estavam presentes em cadastros da Prefeitura realizados antes de 18 de março deste ano.

Na área da cultura, o benefício abrange uma média de 77 atividades, entre elas a arte de rua, artes plásticas, dança, circo, literatura, audiovisual, teatro e gestão cultural, entre outras. Na área de eventos, serão atendidos tanto os trabalhadores de eventos de grande porte, como Réveillon e shows diversos como aqueles que atuam com eventos sociais (casamento, aniversário, formatura, entre outros). O

cadastro dos profissionais de eventos junto à Saltur foi feito por meio do compartilhamento de dados feito pelas entidades de classe e grupos representativos da categoria.

Um dos critérios para o recebimento é que os beneficiários residam em Salvador e tenham renda declarada de, no máximo, três salários mínimos, em 2020. Além disso, não terão direito ao auxílio os titulares de benefício previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social de Salvador; servidores públicos municipais e estaduais; beneficiários cadastrados no auxílio Salvador por Todos; e os titulares de benefício previdenciário e/ou socioassistencial do Regime Geral de Previdência Social do INSS.

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/05/2021	



Bolsa Presença reforça a segurança alimentar das famílias dos estudantes da rede estadual

5 maio 2021



Foto: Divulgação

O benefício do programa Bolsa Presença, cuja primeira parcela de R\$ 150 já foi creditada desde o dia 27 de abril, nos cartões da bandeira Alelo, está reforçando a segurança alimentar das famílias dos estudantes da rede estadual de ensino inscritas no CadÚnico e em condição de vulnerabilidade socioeconômica. O programa destinará cerca de R\$ 280 milhões a 311 mil famílias. A iniciativa do Governo da Bahia visa evitar o abandono escolar e contribuir para fortalecer o vínculo do estudante com a escola e seu processo de ensino e aprendizagem.

Cada família contemplada receberá o crédito mensal de R\$ 150, por seis meses. Com o valor, os beneficiados estão comprando alimentos e materiais de limpeza em supermercados e remédios em farmácias ou utilizando em outras necessidades da família ou do estudante, a exemplo da compra de materiais didáticos.

Este é o caso da dona de casa Almita do Livramento, mãe dos estudantes Elza Batista, 16, 1º ano, e Elvis Batista, 19, que cursa a modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA), no Colégio Estadual Eurides Santana, em Poçoões. “Estou muito feliz com este benefício, pois eu e meu marido estamos desempregados, temos quatro filhos e este valor está nos ajudando muito. Comprei vários alimentos no mercado, perto de casa, como carnes, verduras, legumes, frutas e outros produtos”, disse.

Quem também está com a dispensa abastecida é Pedrina Amorim, mãe do estudante Vinícius Amorim, que cursa o 1º e 2º ano no Colégio Estadual Professora Áurea dos Humildes Oliveira, em Aporá. “Sou muito grata por receber este auxílio de R\$ 150, pois ajudou muito com as despesas da casa com alimentação. Acabei de comprar açúcar, óleo, macarrão, margarina e outros alimentos, bem como alguns produtos de higiene pessoal. Este benefício veio para estimular os alunos e mantê-los firmes na escola. É uma ação que mostra o quanto o governo se preocupa com todos nós”, afirmou.

Sobre o programa

O benefício do Bolsa Presença é por família, mas o aluno pode acumular com os demais benefícios que recebe, ou seja, os R\$ 55, por parcela, do programa Vale-alimentação Estudantil e os R\$ 100 para os monitores do programa Mais Estudo. O Bolsa Presença, o Mais Estudo e o Vale-alimentação Estudantil somam mais de R\$ 410 milhões de recursos próprios do Estado da Bahia.

Além de a família estar cadastrada no CadÚnico, as condições para que o aluno matriculado receba o auxílio Bolsa Presença são: assiduidade nas aulas ministradas pela unidade escolar em que esteja matriculado, com frequência mínima de 75%; participação do estudante e da sua família nas atividades e avaliações escolares; desenvolvimento do projeto de vida e intervenção social; e manutenção atualizada dos dados cadastrais na unidade escolar e no CadÚnico.

Consulta

A Secretaria da Educação do Estado da Bahia (SEC) disponibilizou um link para a consulta sobre o direito ao Programa Bolsa Presença. A consulta pode ser feita através do sistema SIADIANTE, da SEC, no Portal da Educação (educacao.ba.gov.br) . Quem não tem acesso à internet poderá ligar para a escola e solicitar a consulta no sistema.

Fonte: Ascom/Secretaria da Educação do Estado

Veículo: Gov Bahia	
Data: 05/05/2021	



Novas fábricas devem investir R\$ 5 milhões em Lauro de Freitas, Vitória da Conquista e Itapetinga

5 maio 2021



Foto: Divulgação

Três novos empreendimentos devem promover a geração de 285 empregos diretos, com investimentos de mais de R\$ 5 milhões, em três municípios, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE), que assinou protocolo de intenções com os investidores.

Em processo de expansão, a Koala System destinará R\$ 2 milhões para a unidade fabril de Lauro de Freitas, a Café Damente, instalada no município de Itapetinga, vai investir R\$ 1,3 milhão em sua indústria destinada à fabricação de café torrado e moído. Já no município de Vitória da Conquista, a LMV, que está com as obras avançadas na instalação de sua unidade, tem o aporte estimado em R\$ 1,8 milhão.

“A Bahia é destino de novos investimentos, não só pelo potencial que tem, mas pela segurança fiscal do Governo do Estado e da nossa política de atração de novos negócios. Sobretudo neste momento de crise sanitária, que tem impactado a economia, precisamos focar na descentralização e interiorização desses investimentos, tanto que 86% dos protocolos que assinamos no primeiro trimestre desse ano foram para as cidades do interior do Estado”, destacou o vice-governador João Leão, Secretário da SDE.

O sócio da Koala System, Alejandro Venegas, explica que a empresa, que é do segmento metalúrgico, é especializada na fabricação de equipamentos industriais como vasos de pressão, trocadores de calor, tanques API e equipamentos de caldeiraria. “Nos dois últimos anos a empresa vem se destacando em seu segmento, com novos projetos e contratos de fabricação de equipamentos. Temos o objetivo de que, até o ano de 2023, a empresa triplice seus valores contratuais, podendo assim gerar novas oportunidades de emprego”, explica Venegas.

De acordo com o sócio e gerente Comercial da Café Damente, João Ribeiro, a unidade de Itapetinga produz 250 mil kg de café empacotado em pó, por ano, e com a expansão passará a produzir 400 mil kg/ano na conclusão das obras, previstas para o final de 2022.

Fonte: Ascom/SDE

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/05/21	



ESTADO INVESTE R\$ 4,25 MI NA GESTÃO AMBIENTAL DE MUNICÍPIOS



admin 5 Maio, 2021

Com o investimento de R\$ 4,25 milhões, o Governo do Estado, por meio da Secretaria do Meio Ambiente (Sema) irá celebrar 10 novos convênios e realizar a assinatura de protocolo para celebração de mais oito convênios com consórcios públicos intermunicipais, beneficiando 270 municípios para o biênio 2021/2023. Os acordos serão firmados através do Programa de Gestão Ambiental Compartilhada (GAC), que tem como principal objetivo apoiar o processo de organização e ampliação da capacidade dos municípios para a gestão ambiental. A cerimônia será realizada de forma virtual, nesta quinta-feira (6), às 17h, e contará com a presença do governador Rui Costa.

“A primeira experiência de consórcio aqui na Bahia foi com o GAC e a partir daí os consórcios tomaram uma dimensão positiva no contexto da administração pública, se tornando um instrumento extremamente importante de gestão compartilhada. Em um estado como a Bahia, com 417 municípios, é humanamente impossível desenvolver políticas públicas com efetividade em todos os lugares. Entretanto, quando se desenvolve essas políticas por meios dos consórcios públicos, têm mais eficiência, e sobretudo, chegam com maior velocidade nas comunidades que mais precisam do apoio do Estado”, destacou o secretário do Meio Ambiente, João Carlos Oliveira.

Segundo o superintendente de Políticas e Planejamento Ambiental da Sema, Claudemir Nonato, nos últimos anos o órgão firmou 16 convênios com consórcios públicos. “Isso representa um total de 236 municípios apoiados para estruturação dos sistemas municipais de meio ambiente e para as ações de licenciamento, fiscalização e de educação ambiental para os conselhos municipais de meio ambiente”, completou.

Os novos convênios irão beneficiar os seguintes consórcios: Intermunicipal de Desenvolvimento do Circuito do Diamante da Chapada Diamantina; Território do Recôncavo – CTR Recôncavo; CDS do Território Litoral Sul; CDS Vale do Jiquiriçá; CDS do Território de Irecê; Médio Rio das Contas; CDS Intermunicipal do Vale do Rio Gavião; Consórcio de Desenvolvimento Sustentável do Velho Chico; CDS Território Piemonte Diamantina; Território Litoral Norte e Agreste Baiano; Consórcio Intermunicipal da Mata Atlântica – CIMA; CDS da Costa do Descobrimento; CDS do Território da Bacia Paramirim; CDS Portal do Sertão; CDS Bacia do Jacuípe; Intermunicipal dos Municípios do Oeste Da Bahia – Consid; CDS Território Piemonte Norte do Itapicuru; e CDS do Alto Sertão.

Foto: Divulgação/Sema

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/05/21	



ESTADO E CHINESES TRATAM DE PONTE E NOVOS INVESTIMENTOS



admin 5 Maio, 2021

Executivos dos grupos chineses CRCC Investimento Latino-América e CR20 Brasil, responsáveis pela construção da ponte Salvador-Itaparica, se reuniram com o Governo do Estado nesta quarta-feira (5), para tratar da preparação para o início das obras e novos investimentos da China na Bahia. Há expectativa que o início da construção ocorra até o final do ano.

O governador Rui Costa, o vice-governador e novo titular do Planejamento, João Leão, e o secretário de Infraestrutura, Marcus Cavalcanti, receberam os empresários Tian Xiao Yu, diretor Geral da CRCC na América Latina, e Shao Xiaohui, diretor Geral CR20 no Brasil.

“Falamos da possível duplicação da BA-001, até Santo Antônio de Jesus, no pós ponte, investimentos chineses em energias renováveis, na área imobiliária, situação inclusive que a

Seplan irá realizar um estudo minucioso, em parceria com a SDE, para construção de um centro industrial em Jaguaripe, além de intervenções em Valença e outros município do Recôncavo e Baixo Sul. Os chineses ficaram impressionados com nosso potencial para novos negócios. Destaco que nossa parceria com a China está cada vez mais forte”, disse Leão.

Ascom SDE

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 05/05/21	



Bahia Econômica
ARMANDO AVENA

NOVAS FÁBRICAS DEVEM INVESTIR R\$ 5 MILHÕES EM TRÊS CIDADES BAIANAS



admin 5 Maio, 2021

Três novos empreendimentos devem promover a geração de 285 empregos diretos, com investimentos de mais de R\$ 5 milhões, em três municípios, de acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDE), que assinou protocolo de intenções com os investidores.

Em processo de expansão, a Koala System destinará R\$ 2 milhões para a unidade fabril de Lauro de Freitas, a Café Dagente, instalada no município de Itapetinga, vai investir R\$ 1,3 milhão em sua indústria destinada à fabricação de café torrado e moído. Já no município de Vitória da Conquista, a LMV, que está com as obras avançadas na instalação de sua unidade, tem o aporte estimado em R\$ 1,8 milhão.

“A Bahia é destino de novos investimentos, não só pelo potencial que tem, mas pela segurança fiscal do Governo do Estado e da nossa política de atração de novos negócios. Sobre tudo neste momento de crise sanitária, que tem impactado a economia, precisamos focar na descentralização e interiorização desses investimentos, tanto que 86% dos protocolos que assinamos no primeiro trimestre desse ano foram para as cidades do interior do Estado”, destacou o vice-governador João Leão, Secretário da SDE.

O sócio da Koala System, Alejandro Venegas, explica que a empresa, que é do segmento metalúrgico, é especializada na fabricação de equipamentos industriais como vasos de pressão, trocadores de calor, tanques API e equipamentos de caldeiraria. “Nos dois últimos anos a empresa vem se destacando em seu segmento, com novos projetos e contratos de fabricação de equipamentos. Temos o objetivo de que, até o ano de 2023, a empresa triplique seus valores contratuais, podendo assim gerar novas oportunidades de emprego”, explica Venegas.

De acordo com o sócio e gerente Comercial da Café Dagente, João Ribeiro, a unidade de Itapetinga produz 250 mil kg de café empacotado em pó, por ano, e com a expansão passará a produzir 400 mil kg/ano na conclusão das obras, previstas para o final de 2022.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 06/05/2021	Caderno: Notícias



Quinta, 06 de Maio de 2021 - 07:40

Feira: Agricultores esperam maior volume de chuva para garantir produção



A zona rural de Feira de Santana não recebeu ainda a quantidade de chuvas suficientes para o plantio. A expectativa é que a partir deste mês as precipitações ocorram com mais volume. Ao Acorda Cidade, a presidente do sindicato dos trabalhadores rurais do município, Conceição Borges, disse que as chuvas deste ano foram importantes para fazer aguadas e garantir a pastagem para os animais.

Porém, para que os moradores tenham produção satisfatória é preciso que haja chuva até setembro. A partir de agora, a prioridade do plantio é para o cultivo de feijão, milho, mandioca e aipim. Além das chuvas, outra preocupação do sindicato é a dificuldade para vender os produtos.

Desde o início da pandemia, os agricultores têm dificuldade de escoar a produção.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 05 de Maio de 2021 - 22:00

Diesel começa a chegar mais caro aos postos com fim da isenção de PIS/Cofins

por Nicola Pamplona | Folhapress



Com o fim da isenção de impostos federais, os postos brasileiros já começam a receber óleo diesel mais caro, em um movimento que pode levar a preços recordes nas próximas semanas. Principais afetados, os caminhoneiros ainda cobram do governo a extensão do benefício.

A isenção teve início em março, com o objetivo de conter insatisfação do setor de transporte após a escalada de preços dos combustíveis do primeiro trimestre. O benefício acabou sendo engolido por outros componentes do preço final.

Na semana passada, lideranças dos caminhoneiros pediram a prorrogação da isenção, mas até esta quarta (5) não ouviram notícias do governo. A parcela do PIS/Cofins sobre o diesel é de R\$ 0,35 por litro, mas seu impacto no preço final gira em torno de R\$ 0,30, já que a mistura vendida nos postos leva também biodiesel.

O presidente da Fecombustíveis (Federação Nacional do Comércio Varejista de Combustíveis e Lubrificantes), Paulo Miranda, confirma que o produto já está chegando aos postos com PIS/Cofins. Em Minas Gerais, diz, o preço pago pelos revendedores superou os R\$ 4 por litro pela primeira vez.

Na semana passada, a última de isenção, o preço médio do diesel no país era de R\$ 4,196 por litro, segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis). Com o repasse de R\$ 0,30, portanto, o valor pode chegar a R\$ 4,50, uma alta de 7% em apenas uma semana.

Seria o maior valor histórico para o combustível, considerando inclusive as duas semanas de greve dos caminhoneiros em 2018, quando a falta de combustíveis nos postos levou os preços às alturas. E especialistas ainda veem novos fatores de pressão para as próximas semanas.

Embora a Petrobras tenha reduzido na semana passada o preço do combustível em suas refinarias, esta semana se iniciou com elevação nas cotações internacionais. No Golfo do México, região usada como referência pela estatal, o diesel teve na semana leve alta, a

primeira após cinco semanas de queda.

No Brasil, com a elevação do preço das bombas pela volta do imposto federal, a tendência é que a parcela referente ao ICMS também aumente, já que o imposto estadual é calculado sobre preços médios pesquisados pelos estados, conhecidos como PMPF.

O preço é definido a cada 15 dias e, sobre ele, são aplicadas alíquotas que variam de um estado para outro. Nas primeiras semanas após a isenção federal, a maior parte dos estados elevou os PMPFs, seguindo a alta nas bombas, contribuindo para que o benefício não fosse sentido pelo consumidor.

O coordenador técnico do Ineep (Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis), William Nozaki, diz que, além do ICMS, elevações de preços nas refinarias e maiores margens na cadeia de distribuição e revenda ajudaram a engolir o desconto dos impostos federais.

"Considerando o preço médio da revenda na última semana de abril em relação a última semana de fevereiro, houve aumento na realização da Petrobras de 4,8% (ou R\$ 0,13), no ICMS em 13,01% (R\$ 0,07), no biodiesel em 12,5 % (R\$ 0,07) e nas margens da distribuição e da revenda em 51 % (R\$ 0,07)", diz o Ineep.

No período de isenção, o preço médio nos postos saiu de R\$ 4,184 para R\$ 4,196. "A expectativa de redução dos preços com a medida não ocorreu", afirmou Nozaki.

Para os pesquisadores do Ineep, o cenário reforça a necessidade de "um olhar mais amplo sobre o processo, que não coloque apenas os tributos como vilões do preço". "Sem a estruturação de uma política coordenada entre os vários atores que compõem a cadeia do diesel, será difícil alcançar algum êxito na redução dos preços do diesel ao consumidor final."

Presidente da Abrava (Associação Brasileira de Condutores de Veículos Automotores), o caminhoneiro Wallace Landim, conhecido como Chorão, diz que a categoria ainda espera notícias sobre a prorrogação. "Estamos lutando para que a categoria tenha esse benefício", afirma.

Os dois primeiros meses de isenção foram compensados com elevação de impostos sobre clientes de bancos. Chorão propõe que, para manter o benefício, o governo aumente a taxa de produtores de bebidas na Zona Franca de Manaus.

Para tentar acalmar a categoria, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, promoveu há duas semanas encontro entre as lideranças dos motoristas e representantes da Faria Lima.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 05 de Maio de 2021 - 20:40

Extinguir comissão da reforma tributária é um desrespeito, dizem secretários estaduais

por Thiago Resende e Fábio Pupo | Folhapress



O presidente do Comsefaz (Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda), Rafael Fonteles, disse nesta quarta-feira (5) que a decisão do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir a comissão da reforma tributária é um desrespeito ao trabalho e às discussões já realizadas sobre o assunto.

Um dia após a apresentação do relatório da reforma do sistema tributário, elaborado pelo deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), os secretários de Fazenda se reuniram e, em nota, criticaram o ato de Lira.

O grupo é contra o fim da comissão e defende que o colegiado continue as discussões e aperfeiçoamento da proposta apresentada por Ribeiro.

"Extinguir agora a Comissão Mista e paralisar o debate sobre a Reforma Tributária seria um enorme desrespeito não apenas ao relator, aos deputados e senadores e às entidades que participaram da construção conjunta da proposta, como também à sociedade, que espera e precisa de um sistema tributário mais justo para o país", afirma Fonteles.

O texto de Ribeiro, lido nesta terça-feira (4), propõe fusão ampla de impostos cobrados hoje por União, estados e municípios. O relatório junta propostas da Câmara, do Senado e do governo federal em uma única PEC (proposta de emenda à Constituição).

A redação, no entanto, contraria o governo, que quer implementar mudança fatiada e voltada inicialmente a tributos federais.

A decisão de Lira causou confusão no Congresso. A reforma tributária era discutida em duas comissões: uma mista, formada por deputados e senadores, e outra especial, só com deputados.

Em pronunciamento em que comunicou o fim da comissão especial da Câmara.

Os secretários de Fazenda defendem uma reforma ampla dos impostos sobre consumo, em linha com o proposto por Ribeiro. Eles são contrários ao projeto do ministro Paulo Guedes (Economia) de criação da CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços), resultado da fusão entre Pis e Cofins --ambos tributos federais.

O grupo ainda vai realizar uma série de reuniões para analisar com mais profundidade o relatório da reforma tributária e, então, propor mudanças ao texto, a partir da próxima semana.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 05/05/2021	Caderno: Notícias



Quarta, 05 de Maio de 2021 - 20:05

Copom cumpre sinalizado e eleva Selic em 0,75 ponto, a 3,50% ao ano

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central elevou novamente a taxa básica de juros (Selic) em 0,75 ponto percentual, a 3,50% ao ano, nesta quarta-feira (5). A decisão veio em linha com as expectativas do mercado - todos os analistas consultados pela Bloomberg projetavam a alta.

A escalada persistente dos preços, observada nos últimos meses, levou o BC a subir a taxa também em 0,75 ponto em março, para 2,75% ao ano. Foi a primeira alta em quase seis anos. A decisão de março surpreendeu economistas, que previam elevação menos agressiva, de 0,5 ponto percentual. Na ocasião, a autoridade monetária indicou que faria nova elevação na mesma magnitude na reunião seguinte, segundo a Folha de São Paulo.

O comitê justificou que os indicadores de atividade econômica mostraram recuperação da economia e que as expectativas de inflação haviam sido revisadas para cima. Segundo o texto da decisão, uma alta mais acentuada da taxa de juros reduziria a probabilidade de que a meta não fosse cumprida este ano.

O controle da inflação é a principal atribuição da autoridade monetária. Para isso, o BC define a meta da taxa básica de juros.

Quando a inflação está alta, o Copom sobe os juros com o objetivo de reduzir o estímulo na atividade econômica, o que diminui o consumo e equilibra os preços. Caso contrário, o BC pode reduzir juros para estimular a economia. Em agosto do ano passado, a Selic alcançou o menor patamar da história, 2% ao ano, como resposta à crise gerada pela pandemia de Covid-19.

Segundo o relatório Focus desta semana, no qual o BC divulga as projeções do mercado, mesmo após a alta nos juros, os economistas continuaram elevando as expectativas de inflação para 2021, que estão em 5,04%. A previsão está acima do centro da meta fixada pelo CMN (Conselho Monetário Nacional), de 3,75%, com tolerância 1,5 ponto percentual. Há um mês, a estimativa era de 4,81%.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias

DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila

SUPERINTENDENTES Antonio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito

CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cerqueira Leite, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartzman, Mônica Bergamini, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinicius Mota, Antonio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)

DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benz (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Fiasco tributário

Lobbies e falta de liderança de Bolsonaro minam chance de reforma ampla dos impostos

Mais uma vez ficou evidenciada a dificuldade do sistema político em levar adiante a reforma tributária, uma das pautas essenciais para a modernização do país.

Grupos de interesse, conflitos federativos e falta de liderança do governo Jair Bolsonaro abortaram a melhor chance de avanço verificada nos últimos anos, e as perspectivas são novamente incertas.

Esta vez, a oportunidade se perde por conta de um brusco recuo regimental. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), decidiu dissolver a comissão mista que analisava o tema após a leitura do relatório final, jogando a reforma no limbo político.

A justificativa foi o prazo vencido de funcionamento da comissão, o que traria insegurança jurídica. Mas, mesmo que o argumento formal possa ter alguma procedência, a razão de fundo é a falta de acordo sobre o rumo a seguir.

A proposta apresentada pelo relator agora destituído, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), era ambiciosa, prevendo a unificação dos impostos e contribuições sobre bens e serviços, acabando com qualquer cumulatividade e instituindo a cobrança no local de destino.

Apesar de o texto contar com apoio expressivo entre especialistas, não eram poucas as dificuldades políticas. A fusão ampla desses tributos sempre foi combatida pelo governo federal, temeroso de

que a negociação em torno do fim do ICMS estadual e do ISS municipal levasse a compensações a cargo da União aos entes federativos.

A ideia do governo é começar a unificação apenas do PIS e da Cofins federais, com espaço para adesão posterior de estados e municípios. Há críticas a essa opção, que não garantiria tal convergência.

Qualquer proposta parcial, entretanto, também amplia o protagonismo de interesses setoriais, numa guerra sem fim de versões de ganhadores e perdedores.

O maior responsável pela oportunidade perdida é o Planalto, que deveria conduzir a discussão e conter a voracidade dos governos regionais sobre as receitas federais.

Com a decisão de Lira, aparentemente mais alinhado à visão do Planalto, o cenário mais provável agora é um faticamento, com maior chance de tramitação de uma reforma dos tributos federais — o que não deixaria de ser positivo, embora insuficiente.

Mesmo na timidez, contudo, há riscos. Não está claro se o governo voltará a temas controversos, como a péssima ideia de um imposto similar à CPMF, o que novamente tumultuaria a discussão.

Vai se fechando também a janela política para a outra vertente fundamental — as mudanças na taxa de renda de empresas e pessoas físicas para tornar a carga tributária brasileira menos injusta.

Retrocesso político

Propostas debatidas na Câmara, como o distritão, poriam a perder avanços duramente conquistados

Alguns falções americanos até imaginaram que criar democracias seria simples. Bastaria derrubar, "manu militari", o tirano de turno e organizar eleições livres. O fracasso dos experimentos no Afeganistão e no Iraque mostra que as coisas são bem mais complicadas.

Para funcionar, democracias exigem instituições minimamente sólidas, que não se materializam do nada. Um sistema judicial eficiente, por exemplo, precisa operar por tempo suficiente para revelar suas mazelas, que a sociedade tentará corrigir com mudanças incrementais, que também demandam tempo para mostrar resultados.

Algo parecido vale para o sistema eleitoral, embora um grupo de parlamentares do centrão pareça estar empenhado não em aperfeiçoar as normas, mas em destruir avanços duramente conquistados.

É o que se desprende de propostas que recém-instalada comissão de reforma política da Câmara vai discutir. Estão na pauta o distritão e a flexibilização das cláusulas de desempenho, entre outros itens.

Esse par de ideias desfaz as poucas alterações promissoras que, depois de anos de discussões, foram introduzidas no sistema.

Um diagnóstico relativamente consensual da política brasileira

é o de que a proliferação de partidos com pouca ou nenhuma coerência ideológica eleva demais o custo de formação de uma coalizão parlamentar governista.

Allegenda com maior número de deputados federais, o PT, tem pouco mais de 10% da Câmara, onde pululam 24 siglas com representação. Depois de muitas idas e vindas e batalhas judiciais, a última reforma política adotou medidas que iriam aos poucos reduzir o número de partidos políticos.

As duas mais importantes são as cláusulas de desempenho, que tiram verbas e outras benesses de legendas que não obtiverem um mínimo de votos, e a proibição de ligações em eleições proporcionais.

Já o distritão desponta como um golpe de misericórdia nas legendas. No atual sistema, os votos proporcionais são dados à sigla, que tem direito a um número de cadeiras correspondente à soma dos sufrágios que recebeu. Pela norma proposta, os postulantes concorreriam diretamente uns com os outros, incluindo os de uma mesma sigla, sem nada a unir correligionários.

O pressuposto da ideia de política como autocorreção e avanços incrementais é que a reforma de hoje não anule a anterior. O Congresso precisa evitar o retrocesso.



Lei de Segurança Nacional 2.0

Thiago Amparo

SÃO PAULO Não é porque parece normalidade democrática que estamos diante de uma. Revogar o entulho que é a Lei de Segurança Nacional (LSN) é urgente. Nisso a Câmara dos Deputados está correta. Urge, no entanto, que o Senado corrija os jacobinismos autoritários que permanecem e faça o debate que a urgência imposta pela Câmara não fez. Frisa-se que só há melhorias no texto pelo trabalho árduo da sociedade civil.

A LSN 2.0 mantém autoritarismos da lei anterior. O crime de "tentar impedir" o Estado de Direito é transformado em "tentar abolir" o Estado democrático de Direito, com violência ou grave ameaça. Um vídeo crítico é grave ameaça? O crime de espionagem ressalva o artigo da LSN anterior. Entregar a organizações norueguesas documentos secretos sobre desmatamento é crime?

A LSN 2.0 ainda pune opinião. A nova lei não só mantém o inciso específico no Código Penal de crime de honra contra o presidente como inclui os presidentes do Senado, da Câmara e do STF e mantém a puni-

ção à animosidade contra Forças Armadas. Suponha que alguém diga que Pacheco, Lira e Fux teriam parte na má gestão da pandemia: é crime? Suponha que se diga que as Forças Armadas violaram direitos de povos indígenas na pandemia: é animosidade?

Alhures, a LSN 2.0 mexe onde não devia. Cria um crime eleitoral impreciso, que no mais deveria estar na Lei Eleitoral. Cria o crime de "comunicação enganosa em massa", que pressupõe que saibamos o que é um "fato inverídico". Desinformação habita em zonas cinzentas, não no preto no branco. Abre-se a porta para controle de conteúdo, não só do seu financiamento.

A LSN 2.0 reduz danos. Chegamos ao ponto de escrever em lei que "manifestação crítica" não constitui crime, confirmando a precariedade da democracia, da lei ou de ambas. No país de Marielle, e LSN 2.0 omite LGBTs no crime de violência política. Na LSN — a nova e a velha —, cuidado, há o perigo do guarda na esquiua, e o guarda ascendeu à Presidência.

O cinema e o dragão da maldade

Euclides Santos Mendes

VITÓRIA DA CONQUISTA (BA) Em audiência pública na Comissão de Cultura da Câmara dos Deputados, em 12 de abril, o professor da USP Carlos Augusto Callil, presidente da Sociedade Amigos da Cinematografia, foi categórico: "A Cinematografia Brasileira está em coma, sobrevivendo por aparelhos". Fechada desde agosto de 2020 pelo governo Bolsonaro, a principal instituição de preservação da memória audiovisual do país atravessa um dos momentos mais difíceis de seus 75 anos de história, com as atividades paralisadas há mais de nove meses.

A Cinematografia contém o maior acervo audiovisual da América do Sul, com cerca de 250 mil rolos de filmes, num total de 41 mil títulos de obras audiovisuais e mais de um milhão de documentos. Esse precioso acervo requer continuamente cuidados técnicos de preservação, que não são realizados desde que os funcionários da Cinematografia foram demitidos e a instituição agoniza.

Vinculada à Secretaria Nacional do Audiovisual, que integra a estrutura da Secretaria Especial da Cultura

do governo federal, a Cinematografia precisa ser reaberta com urgência, e seus funcionários, recontraçados, conforme defendem a Sociedade Amigos da Cinematografia e representantes do setor audiovisual.

A irresponsabilidade do governo Bolsonaro com a área cultural ameaça não somente a memória das imagens em movimento no Brasil mas também a produção de novas imagens e linguagens. Além da Cinematografia, a Agência Nacional do Cinema (Ancine) está com problemas de gestão e o Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que arrecada recursos para o fomento da produção audiovisual no país, está bloqueado.

Conseqüentemente, há interrupção de editais, lentidão na análise de projetos aprovados e crescimento do desemprego no setor audiovisual, quadro acentuado pelo agravamento da pandemia de Covid-19. A paralisação dos mecanismos de financiamento público geridos pela Ancine e pelo FSA implica no iminente colapso da produção cinematográfica no Brasil.

A morte é política

Mariliz Pereira Jorge

RIO DE JANEIRO Quanto mais demorarmos a vacinar a população contra a Covid-19, mais gente morrerá. Escrevi isso no dia 9 de dezembro, quando o país chegava a 180 mil óbitos e testemunhávamos a primeira pessoa no mundo a ser imunizada, uma britânica de 90 anos.

O texto seguia: a incompetência, o desdém e a demora do governo, na figura do presidente, serão culpados por todas as mortes que poderiam ser evitadas com uma vacina. De lá para cá, mais do que dobramos o número de vidas perdidas, e a CPI em curso deve mostrar o que eu disse na ocasião: Bolsonaro é um genocida.

Como não politizar a morte se a política adotada pelo governo federal na pandemia continua a enterrar milhares por dia? É resultado da gestão assassina que ignorou as medidas básicas que poderiam ter protegido a população.

Com quase 415 mil mortos e vacinação em marcha lenta, Jair Bolsonaro segue empenhado em boicotar as poucas maneiras de evitar que a do-

ença continue a devastar o país. Em menos de 24 horas, diz que a obrigatoriedade do uso de máscara "já está enchendo o saco", sugere que a China faz guerra biológica e volta a ameaçar com decreto as medidas de isolamento adotadas pelos estados.

Nesta terça (4), quando o país inteiro se comoveu com a perda do ator Paulo Gustavo, a tragédia brasileira mais uma vez ganhou um rosto e rosto coletivo. Mistura-se à tristeza a revolta contra o governo. A partida do comediante, jovem e brilhante, é o retrato do negacionismo de Bolsonaro. Assim como a de outros milhares, poderia ter sido evitada com uma vacina, se não fosse o desprezo que Bolsonaro tem pela vida, pela ciência, pelas instituições.

A melhor prova é que o Brasil registrou queda no número de óbitos de profissionais da saúde e de idosos que foram vacinados. Paulo Gustavo morreu porque pertencia ao mesmo grupo de risco que todos nós: o de brasileiros governados por um delinquente.

Sem lastro nem rumo

Maria Herminia Tavares

Pesquisadora do Cebrap e professora aposentada da USP
Escreve às quintas

Em 29 de março passado, a insana ideia finalmente deixou o Ministério das Relações Exteriores de braços dados com aquele que alçara a princípio norteador da atuação internacional do país. A diplomacia brasileira parece ter encontrado a normalidade sob comando de um titular discreto e treinado nas boas práticas do ofício. Pelo menos tem as suas digitais no discurso do presidente na Cúpula de Líderes pelo Clima. Foi o seu primeiro pronunciamento para o mundo que não agrediu a língua ou a lógica, embora encharcado de compromissos mais que duvidosos.

Os atributos do Itamaraty, porém, estão longe de dar conta do necessário para reconstruir a imagem do país e a sua política externa. O prestígio que o Brasil conquistara lá atrás sucumbiu sob o peso do descalabro ambiental e da tragédia sanitária — ambos promovidos por um desgoverno que, de um lado, flerta com o ilícito devastador do patrimônio amazônico e ameaça as populações originárias; e, de outro, desorganiza a política de saúde e estimula compromissos que só fazem agravar a pandemia.

Talvez as evidências mais claras de seus feitos estejam nas falas dos eurodeputados, de esquerda e de direita, na recente sessão do Parlamento Europeu dedicada à crise da Covid-19 na América Latina. Desde os tempos da ditadura militar não se ouviam críticas tão implacáveis à Brasília — evidenciando que a reconstrução da imagem nacional dependerá mais do que de discursos e da boa praxe diplomática.

Políticas externas consequentes espelham, de uma forma ou de outra, os projetos que norteiam os objetivos nacionais e as políticas que lhes dão vida: o que se quer para o país dentro e além de suas fronteiras. A ideia de uma nação democrática, menos pobre e iníqua, apta, enfim, a obter benefícios de suas trocas com o mundo vertebrou a diplomacia tantos dos governos do PSDB como do PT. A de Fernando Henrique, mais otimista em relação aos ganhos a extrair da globalização; a de Lula, mais inclinada aos arranjos entre países emergentes. Ambas dispostas a explorar estratégias multilaterais para fortalecer o protagonismo internacional do país e abrir oportunidades de crescimento interno.

O morador da "casa de vidro" não tem — nem nunca teve — projeto ou políticas que mereçam esses nomes. Seu alvo sempre foi destruir o que se logrou sob a democracia da Constituição de 1988: atacar os ódios de que se nutrem os seus seguidores féiços; disseminar preconceitos e credências — e, naturalmente, beneficiar a sua família e seus asselas. Nada que sirva para dar lastro a uma política externa coerente, que dirá governar. mhermetavares@gmail.com



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), e o ministro da Economia, Paulo Guedes

Intervenção de Lira abre caminho para reforma tributária fatiada de Guedes

Equipe econômica planeja fusão de PIS e Cofins e outras mudanças, como no estadual ICMS

Fábio Pupo, Thiago Resende e Washington Luiz

BRASÍLIA A discussão sobre uma fusão ampla de impostos federais, estaduais e municipais foi praticamente inviabilizada no Congresso após a intervenção nos debates feita pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Lira abriu caminho na Casa para o avanço do plano do ministro Paulo Guedes (Economia), que quer mudanças no sistema tributário de forma fatiada, começando apenas pela fusão dos impostos federais PIS e Cofins.

Agora, as negociações entre governo e aliados prevêm que a reforma deve ser repartida em até cinco projetos que serão distribuídos entre Câmara e Senado — que, segundo interlocutores do Palácio do Planalto ouvidos pela Folha, deu aval ao acordo.

A estratégia de dividir o tema entre diferentes congressistas foi usada anteriormente por governo e aliados.

Em busca de apoio ao Plano Mais Brasil, que buscava reformar regras orçamentárias e rever despesas, foram produzidas três PECs (propostas de emenda à Constitui-

ção). O pacote lançado pela equipe econômica em 2019 acabou sendo, posteriormente, reunido em apenas um texto que foi aprovado em 2021.

Lira atendeu os interesses do governo na terça-feira (4) ao acabar com a comissão especial da Câmara sobre a reforma tributária, permitindo que a PEC 45, que trata do tema, fique restrita ao plenário. A decisão foi anunciada somente depois de orelador da comissão mista, Aguiinaldo Ribeiro (PP-PB), apresentar seu parecer que contrariava o Executivo.

Aguiinaldo formulou o relatório com base na PEC 45 — de autoria do deputado Baileia Rossi (MDB-SP) — discutida desde 2019 e que propunha uma fusão ampla de impostos (com tributos federais, o estadual ICMS e o municipal ISS), mas alterou o texto e ainda incorporou elementos sugeridos pelo governo e pela PEC 110, do Senado.

Apesar do esforço para conciliar as diferentes propostas, o texto não agradou ao governo por ter incluído na fusão impostos estaduais e municipais.

Guedes era contrário a uma fusão com tal alcance por teme que a União tivesse que arcar com eventuais

perdas de estados e municípios ao fim das discussões.

Agora, com a intervenção de Lira, a PEC 45 só pode ser discutida formalmente no plenário da Câmara — o que, pela complexidade do tema, praticamente elimina as chances de ela prosseguir.

Procuradores, interlocutores não confirmam que Guedes foi o responsável por pedir a Lira as medidas tomadas na terça — mas dizem que sempre comunicaram a ele a insatisfação com uma reforma ampla.

As discussões baseadas na PEC 45 até podem prosseguir na comissão mista ou no Senado. No entanto, sem o apoio do comando da Câmara e do Executivo, as chances de elas prevalecerem são baixas.

Aliados do governo na Câmara dizem que a PEC 45 deve agora ser enterrada. Sem o debate na comissão, não há como ajustar o texto conforme o defendido pelos partidos.

Assim, não haveria como costurar maioria favorável à proposta de fusão ampla (federal, estadual e municipal) no plenário. Há décadas se tenta aprovar uma reforma tributária no país, mas nenhum governo conseguiu o feito.

A equipe econômica espera

que, agora, a Câmara avance com uma reforma nos moldes defendidos por Guedes.

A ideia é começar pela junção de PIS e Cofins na nova CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços). O projeto de lei sobre o tema já foi enviado pelo Executivo no ano passado.

Lira tem mostrado alinhamento ao governo ao dizer que busca aprovar a reforma tributária que seja possível. "Eu sempre digo: entre o tudo e o nada, eu prefiro o melhor possível. É o que faremos", afirmou nesta semana.

A equipe econômica também quer avançar em uma proposta de unificação da legislação de ICMS e também do ISS, com limitação no número de alíquotas que governadores e prefeitos poderão escolher — evitando a guerra fiscal entre eles e diminuindo a quantidade de diferentes regras tributárias pelo país.

A visão do time de Guedes é que avançar com propostas como essas é uma estratégia mais viável do que uma PEC ampla. A maior parte das mudanças, inclusive a da unificação do ICMS, exigiria proposições mais simples, como projetos de lei — que demandam menos votos.

As fatias da reforma planejada por Guedes

- Unir tributos federais **PIS e Cofins** na nova CBS. Permitir a adesão de estados de maneira voluntária

- Incentivar Congresso a aprovar **unificação** de regras do **ICMS** e também a do **ISS**

- Transformar **IPI** em um **imposto seletivo**

- Reduzir **Imposto de Renda de Pessoa Jurídica** e **taxar dividendos**

- Renegociar **débitos de devedores** de impostos, com regras a serem definidas

Outra vontade do governo é avançar com as demais etapas da reforma tributária imaginada por Guedes. Estão nos planos a redução do imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a taxação de dividendos e a transformação do IPI em um imposto seletivo a itens como cigarros e bebidas.

Em outra frente, o governo quer ampliar as renegociações com devedores, permitindo o pagamento — com desconto — de débitos com a União. Chamado de "passaporte tributário", o projeto visa encerrar discussões judiciais concedendo redução no montante devido por empresas.

Segundo interlocutores do governo no Congresso, projetos que já estão na Câmara e no Senado poderão ser usados para acelerar as votações.

A definição e distribuição das propostas entre os congressistas passam por uma nova negociação também porque as medidas de Lira causaram reação de integrantes da comissão mista — que se encontra em um limbo, porque não foi prorrogada por Lira — da reforma tributária na terça.

O presidente do colegiado, senador Roberto Rocha (PSDB-MA), disse que o objetivo das discussões deve ser esclarecer o debate e criticar a decisão de Lira na terça-feira.

A intervenção do presidente da Câmara na comissão da reforma gerou reações também nesta quarta (5) no Senado.

O senador Angelo Coronel (PSD-BA), que integra o colegiado, defendeu que seja mantida a comissão mista. Para ele, a decisão de Lira é uma oportunidade para o Senado se movimentar e decidir de qual maneira agir.

"Deveria concentrar a reforma tributária em uma comissão mista, para que a gente saia com um parecer, com um projeto palatável para que seja aprovado. Fatiar não é reforma, passa a ser uma minireforma", disse Coronel.

Da oposição, o senador Rogério Carvalho (PT-SE), também integrante do colegiado misto, disse que se deve aproveitar esse impasse entre Lira e o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG).

No dia anterior, Pacheco disse em uma nota que "a comissão fez um trabalho longo de aprofundamento sobre a reforma tributária". "É razoável e inteligente darmos oportunidade de concluir o trabalho",

Carvalho afirmou que agora se abre oportunidade para se discutir uma reforma de caráter progressivo, e não regressivo. "Pelo que acompanhei até agora, é muito mais unificação de tributos, do que reforma tributária. Reforma tributária não deve ter caráter regressivo", disse.

"Agora, com essa disputa, quem sabe a gente não tenha parte da base do governo, que defende os mais ricos, apoiando toda a sociedade brasileira."

Bolsonaro veta prorrogação, e IR terá de ser declarado até o dia 31

Raquel Lopes

BRASÍLIA O presidente Jair Bolsonaro vetou nesta quarta (5) o projeto de lei que prorroga o prazo para entrega da declaração do Imposto de Renda até 31 de julho. Dessa forma, fica mantido o dia 31 de maio como a data-limite para prestar contas com a Receita.

Segundo o Planalto, a proposta de prorrogação — a medida fora aprovada no Congresso — foi vetada por causar um desequilíbrio do fluxo de recursos, o que poderia afetar a possibilidade de manter as restituições para os contribuintes, além de comprometer a arrecadação dos entes federativos.

Além disso, a prorrogação afetaria o reingresso de recursos referentes à devolução do auxílio emergencial recebido indevidamente em

2020 aos cofres públicos. Isso porque a declaração do IR permite a identificação de auxílio recebido irregularmente e cobra do declarante o dinheiro de volta.

O prazo inicial para enviar a declaração referente ao exercício 2020 era 30 de abril, mas foi prorrogado por três meses pela Receita Federal devido à pandemia.

Em nota, o Ministério da Economia afirmou que um novo adiamento impactaria a arrecadação e até medidas ligadas à Covid-19, como o auxílio emergencial — mas não explicou por que isso ocorreria.

O PL (projeto de lei) 639, do deputado Rubens Bueno (Cidadania-PR), foi aprovado pelo Congresso em abril, e o prazo para a sanção ou veto de Bolsonaro se encerrará nesta quarta.

A pasta também argumen-

tao que a prorrogação total de três meses e a manutenção do cronograma original de restituição da Receita a contribuintes teria como consequência um fluxo de caixa negativo.

"Essa diferença negativa [...] afetaria, por exemplo, programas emergenciais implantados pelo governo para preservar atividades empresariais e manter o emprego e a renda dos trabalhadores, e a programação de pagamento do auxílio emergencial de 2021".

O ministério não detalhou como ocorreria o adiamento do impacto do adiamento em um mês do IR nas medidas ligadas à pandemia, já que elas estão sendo bancadas por dívida pública e fora do Orçamento tradicional.

O auxílio, por exemplo, está sendo executado com regras fiscais suspensas pelo Congresso após a aprovação

da PEC (proposta de emenda à Constituição) Emergencial.

O Ministério também afirmou que estados e municípios teriam redução considerável nos recursos destinados aos fundos de participação que subsidiam, entre outros, gastos com saúde para o combate à pandemia.

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou na nota ainda que os motivos usados pelo Congresso para aprovar a prorrogação do prazo têm, na verdade, pouco efeito na entrega das declarações.

Segundo levantamento da Receita Federal, no período de 1º a 22 de abril de 2021 a quantidade de declarações entregues chegou a 14,7 milhões, que supera a quantidade verificada no mesmo período de 2020 e acompanha os números de anos anteriores.

Saiba como informar compra e venda de ações

FOLHA EXPLICA O IR COM IOB

142 - Comprei e vendi ações em 2020. Com algumas tive ganhos, com outras, prejuízos. Não emiti Darf em nenhuma negociação. Devo emitir agora e declarar somente as ações em que tive ganhos? As que deram prejuízo devem ser declaradas? (S.D.). Sim. Preencha o Demonstrativo de Renda Variável da declaração. Emita os Darfs somente dos meses em que teve ganhos e pague com os acréscimos legais. Os prejuízos serão deduzidos dos ganhos nas aplicações da mesma natureza.

143 - Sou titular de plano de saúde contratado por associação de funcionários. Tenho como dependentes minha companheira e, como consignado, meu pai, mas nenhum é dependente meu no IR. Pago as mensalidades. Posso abater na minha declaração? (R.A.). Não, por eles não serem dependentes no IR. Em regra geral, o contribuinte titular de plano não pode deduzir os valores referentes a dependentes quando estes declaram em separado, pois são dedutíveis os valores pagos a planos de pessoas consideradas dependentes e incluídas na declaração do responsável. Porém, como sua mulher e seu pai declaram em separado, eles podem deduzir os gastos do plano de saúde cujo ônus foi suportado por você e por fazerem parte da mesma entidade familiar.

Tributação pelo IRPJ: que tal falar a sério?

A proposta de retorno do IRPF sobre dividendos revela raciocínio simplificado, que ignora a complexidade do tema

Por **Luís Eduardo Schoueri**

06/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

A discussão acerca da reforma tributária tem se concentrado na necessária reformulação da tributação sobre o consumo. Desde as dificuldades financeiras, públicas e sociais, impostas pela atual pandemia, crescem as vozes que (corretamente) sustentam um debate mais amplo, atingindo a tributação da renda. Aqui, ao lado de críticas acertadas ao atual modelo, há teses que, animadas por ideais louváveis, como a isonomia, ignoram aspectos técnicos que, se ponderados, facilitariam a construção do consenso.

Começamos com o mais simples: a coexistência do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) não faz sentido. Historicamente, deu-se porque o constituinte de 1988 destinou 48% da arrecadação do imposto federal a Estados e municípios. Para a União ter R\$ 100 deve aumentar o imposto federal em R\$ 200. Já as contribuições sociais ficam somente com a União. Daí a criação da CSLL, que não passa de uma parcela do IRPJ, com destinação à seguridade social. A Desvinculação das Receitas da União evidencia não precisarmos de ambos os tributos. Solução prática seria a base de cálculo da CSLL igualar-se à do IRPJ, tudo recolhido num só Darf.

A proposta de retorno do IRPF sobre dividendos revela raciocínio simplificado, que ignora a complexidade do tema

Também indefensável a atual sistemática do lucro presumido. Com o inegável mérito de simplificação, é alternativa de baixíssimo custo de fiscalização (o conhecimento da receita é de controle mais fácil que a análise das despesas) e conformidade. O preconceito contra sua utilização vem levando à redução do número de contribuintes elegíveis, já que há anos não se atualiza o teto de faturamento. O preconceito é de que o lucro real seria “verdadeiro” e o presumido seria um favor.

O mito do lucro real não resiste à análise técnica, que evidencia os compromissos feitos para apurar a base de cálculo do imposto. Já o lucro presumido não é,

necessariamente, mais favorável. Mesmo que a empresa incorra em prejuízo, terá lucro presumido e pagará imposto.

Ocorre que a sistemática parece muito descolada da realidade. Com poucos coeficientes, atividades distintas têm igual tratamento. Urgente, pois, rever os coeficientes. Por exemplo, por que um consultório médico tem o mesmo coeficiente de lucratividade (32%) de uma clínica, se a última tem muito mais despesas? É de pascar que igual percentual se estenda até mesmo a empresa de locação de bens próprios, com despesas ínfimas.

Daí ser relevante (i) adotarem-se mais classes de atividades, a partir de dados de que o Fisco certamente já dispõe quanto à diversidade de contribuintes; (ii) aplicarem-se coeficientes distintos dentro de uma classe. Ambas as medidas retornariam o lucro presumido ao papel para o qual foi concebido: mero método indireto de apuração da riqueza gerada pelo negócio. Métodos diretos ou indiretos não precisam chegar a resultados muito díspares, se bem apurados. A ideia de coeficientes distintos dentro de uma mesma classe teria, ademais, função indutora se fossem reduzidos conforme o número de empregados. Além de ser possível que elevado número de empregados implique menor percentual de lucro, tem-se, ainda, estímulo à formalização de empregos.

Outra medida costuma ser proposta na tributação da renda: o retorno do IRPF sobre dividendos. Diferentemente dos casos anteriores, tal proposta revela raciocínio simplificado (ou simplista?), que ignora a complexidade do tema.

Começemos por uma afirmação: pessoas físicas e pessoas jurídicas são, ambas, criações do Direito. Não existem no mundo real; neste só há indivíduos. São estes que revelam capacidade contributiva. São os indivíduos, sempre, que auferem renda. Nem toda renda do indivíduo se apura e tributa da mesma forma. A universalidade não exclui diferenciações, chamadas “cédulas”. Ganhos de capital não são tributados na mesma tabela progressiva das pessoas físicas. Reconhece-se, dentre outros, o fator inflacionário, a exigir uma alíquota mais baixa, para que a tributação não alcance, além do acréscimo (renda) verificado na venda, o próprio patrimônio (capital) do contribuinte, corroído pela inflação. Temos cédula separada para rendimentos do mercado financeiro, cujas alíquotas procuram estimular

aplicações a longo prazo. Assim, também, o rendimento obtido na atividade empresarial é apurado de uma forma própria: o IRPJ.

Não faz sentido a afirmação de que é necessário tributar dividendos, já que é injusto que trabalhadores paguem imposto, enquanto capitalistas estão isentos. Estes não pagam IRPF sobre tais rendimentos, justamente porque os mesmos indivíduos já suportaram o IRPJ. Claro que seria possível sujeitar os dividendos também ao IRPF, mas, nesse caso, seria necessário considerar o quanto já foi pago a título de IRPJ, já que IRPF e IRPJ são ambos suportados pelo mesmo indivíduo.

Pode-se optar apenas pelo IRPF, isentando o IRPJ (ou compensando no IRPF o valor que já foi pago como IRPJ). Mas também é defensável o sistema brasileiro, em que toda a carga tributária está no IRPJ, até pela fiscalização mais simples, porque concentrada nas empresas, menos numerosas do que os acionistas - para não dizer, neste espaço, de dificuldades do sistema misto (IRPJ e IRPF) que, como a distribuição disfarçada de lucros, há muito foram superadas pelo regime brasileiro. A grande maioria dos países adota o sistema misto (IRPJ e IRPF), mas, nessa sistemática mais complexa, a alíquota do IRPJ é inferior à brasileira.

Há muito o que evoluir na tributação da renda. Mas devemos evitar debates descabidos.

Luís Eduardo Schoueri é professor titular de Direito Tributário e chefe do Departamento de Direito Econômico, Financeiro e Tributário da Faculdade de Direito da USP e sócio de Lacaz Martins, Pereira Neto, Gurevich e Schoueri Advogados

Este artigo reflete as opiniões do autor, e não do jornal Valor Econômico. O jornal não se responsabiliza e nem pode ser responsabilizado pelas informações acima ou por prejuízos de qualquer natureza em decorrência do uso dessas informações

Conteúdo Publicitário

Separados no papel, unidos no propósito: o que acontece com a Fundação Bill e Melinda Gates após a separação do casal?



Por Fabio Graner

Fabio Graner é repórter na sucursal de Brasília. Está no Val... [ver mais](#)

Reforma tributária exige debate, não tumulto

Marcos Cintra, ex-secretário da Receita, faz elogios à proposta do relator

06/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Ofuscado pelo tumulto gerado pelo presidente da Câmara, Arthur Lira, o relatório do deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) sobre a reforma tributária merece ser amplamente discutido pelo Congresso e pela sociedade. O texto mostra uma evolução importante em relação às PECs originais (45 e 110), porém, nasce com algumas lacunas que também precisam ser debatidas, entre elas não atacar a questão da baixa tributação sobre renda e patrimônio.

O substitutivo apenas tangencia o assunto ao reforçar na Constituição o princípio da progressividade fiscal, garantindo sua aplicação no imposto sobre heranças e doações (ITCMD) e no IPVA.

| Ribeiro diz que leis podem mudar tributação de renda

Ao **Valor** Ribeiro diz que não se trata de omissão. Como as duas PECs originais são centradas na tributação de consumo, seu relatório teve foco nisso, justifica. “Até porque muita coisa de renda pode ser por lei, infraconstitucional. Eu me referi à renda e patrimônio, reforcei o caráter de progressividade. Nós registramos isso e deixamos aberto para os parlamentares fazerem essa contribuição e, se todos entenderem que é devido, não serei eu que vou dizer que não é. Pelo contrário.”

O relator vai receber nos próximos dias sugestões para seu texto, que, pelo calendário da comissão, pode ter uma nova versão contemplando as contribuições no próximo dia 11.

A despeito de Lira ter anunciado a extinção das comissões, o relator mantém o tom diplomático e diz acreditar que seu texto conseguirá ser bem-sucedido no Congresso. “Eu vejo possibilidade de avançar. Os presidentes das duas casas, Rodrigo Pacheco [Senado] e Arthur Lira, disseram que a reforma tributária era prioridade. Reforma tributária é o que eu defendo. Ajustes tributários são outra coisa, não se tem impacto na economia como na reforma”, disse, em crítica indireta à tese de fatiamento do governo. “Eu defendo reforma ampla e confio na liderança dos presidentes para que esse tema possa avançar.”

Ribeiro destaca no relatório a criação do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) em duas fases, iniciando-se com a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) do governo federal por dois anos e no terceiro ano incorporando o ICMS e o ISS. Esse desenho, admite, foi feito para atender a equipe econômica.

Ele disse ter recebido muitos retornos positivos. “Acho que é importante a mudança estrutural na tributação do consumo. Isso vai de fato transformar o país. Hoje acho que temos um texto para ser debatido. Temos uma legislação única que tributa o consumo e não mais bens e serviços de forma diferenciada”, afirmou.

Ex-secretário da Receita Federal, o professor da FGV Marcos Cintra elogiou o relatório, mesmo não sendo simpático à tese de um IVA nacional. Para ele, o texto corrigiu problemas de “falta de realismo” na PEC 45. “Ele manteve o que tinha de bom na PEC 45, crédito financeiro, tributação no destino, unificação administrativa, e tirou o que era irrealista, como a universalidade, ao abrir exceções para o Simples, Zona Franca de Manaus, autorizar regimes especiais e permitir alíquotas menores para setores como saúde e educação.”

Cintra, porém, elogia a decisão de Lira e avalia que, com extinção das comissões, a PEC 45 está morta e abriu-se espaço para a CBS e o Imposto de Renda avançarem na Câmara, pois não há necessidade de quórum constitucional. Além disso, avalia, o relatório de Ribeiro pode tramitar sem problemas no Senado e avançar no Congresso, se conseguir apoio.

Para o advogado Luiz Gustavo Bichara, sócio de escritório do mesmo nome, o substitutivo, “embora bem feito, parece ter acolhido pouquíssimas manifestações dos setores empresariais”. Ele cita que não foram acatadas algumas sugestões relativas à compensação de créditos tributários acumulados no passado e critica regra de que os novos créditos do IBS só existirão após a comprovação do pagamento do tributo na etapa anterior (fornecedor). “Eu diria que aqueles que pagam a conta não foram muito ouvidos. E isso é particularmente grave num momento em que a recuperação econômica nem começou ainda.”

Há muitos aspectos de mérito ainda a se analisar do texto. Porém, não podemos escapar da tentativa de entender o embate político que Lira trouxe para a luz do dia. O chefe da Câmara anunciou que a comissão mista estava extinta ainda durante a

leitura do texto. Para além da descortesia política, o mais grave foi que ele adicionou incerteza sobre o destino de uma reforma absolutamente necessária e sobre a qual já repousa justificado ceticismo, diante de décadas de fracassos.

Seus aliados apontam que a intenção de Lira seria acelerar o processo reformista. Isso porque o tema agora foi para o plenário, o que daria a ele maior controle sobre seus próximos passos. Se isso for verdade, ganha força a tese de reforma fatiada sem mudanças imediatas na Constituição e que priorize a CBS e as mudanças no Imposto de Renda, como ainda defendem o governo e o próprio Lira.

Uma das questões importantes é saber se as ações mais recentes do parlamentar não deixam rastro de mágoa e contrariedade que inviabilizaria essa alternativa. Na terça mesmo ficou claro que sua decisão não foi bem recebida por boa parte dos seus pares.

O presidente do Senado se posicionou pela continuidade da comissão e parlamentares dela também reagiram, lembrando que a discussão no colegiado era parte de um acordo. Ontem, os secretários estaduais de Fazenda emitiram nota contra a extinção da comissão mista e defenderam a continuidade dos trabalhos. A decisão de Lira, segundo a nota, foi desrespeitosa.

Cientista político e sócio da Hold Assessoria Legislativa, André Cesar avalia que o presidente da Câmara agiu movido por interesse em retomar o protagonismo perdido com a CPI da Pandemia, por rivalidade política com o grupo do seu antecessor, o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ), e pelo sonho de aparecer para o mercado financeiro como grande artífice da reforma. Para ele, a atitude deixa sequelas que dificultam o avanço dessa reforma. “Ele não combinou com os russos e a coisa ficou mal construída”, disse, apontando risco de o Senado engavetar a reforma fatiada.

A dúvida que persiste é se a série histórica de fracassos da reforma tributária prevalecerá ou se, como na Previdência, a inércia será quebrada. Nessa disputa, construir pontes ajuda muito mais do que movimentos bruscos e imprevisíveis.

Fatiamento pode enterrar nova reforma tributária

O fatiamento tornará a reforma tributária em mais um remendo, ainda que benéfico

06/05/2021 05h00 · Atualizado há 5 horas

Durante quase todo os dois anos do mandato do presidente Jair Bolsonaro, deputados, senadores, e principalmente governadores, chegaram a inédito consenso de que havia chegado a hora de uma reforma tributária. A voz discordante, embora insista em fazer crer o contrário, é a do governo. Houve muito trabalho durante este tempo e a reforma foi esmiuçada por duas comissões, uma mista, de Câmara e Senado, e outra especial, na Câmara. O presidente da Câmara, deputado Arthur Lira (PP-AL), que apressara a apresentação do relatório da comissão especial, mal esperou o relator, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB) terminar de ler seu trabalho para encerrar os trabalhos da comissão e deixou o senador falando sozinho na comissão mista. Lira defende uma reforma “fatiada”.

Os governadores sempre derrubaram os esforços para uma reforma dos tributos, mas desta vez se alinharam em torno das duas propostas mais abrangentes apresentadas, a PEC 45, na Câmara, do deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e a PEC 110, de autoria do senador Luiz Carlos Heinze (PP-RS). Por caminhos diferentes, e com mix distintos, ambas convergiam na criação de um imposto sobre valor agregado a ser cobrado no destino, pondo fim à barafunda do ICMS, um imposto indomável para contadores e tributaristas, pela quantidade de regras e modificações nele, feitas em ritmo alucinante. Um resultado prático desse imposto desfigurado foi a guerra fiscal entre os Estados em que todos perderam.

Desde o início da gestão de Bolsonaro, o ministro da Economia, Paulo Guedes, tinha apenas uma ideia central sobre a reforma tributária: aprovar um sucedâneo da antiga CPMF, pintada de moderna como imposto digital. Bolsonaro seguidas vezes fustigou o imposto, admitiu em alguns momentos que só o aceitaria se fosse para cortar outros tributos e não falou mais do assunto, do qual não tem a mais remota noção.

Na origem, a proposta do governo, cujo desenho completo não se conhece, e provavelmente não exista, é fatiada. Sua primeira fase é a da fusão de Cofins e PIS, dois tributos federais, com alíquota de 12%. Em seguida ICMS e ISS seriam unificados, cobrados no destino e arrecadados pelos Estados, com repasse aos municípios. O IPI se tornaria um tributo seletivo, para cigarros e bebidas alcoólicas, por exemplo. A última perna, quase amputada, era o imposto digital.

Lira definiu que a reforma será “fatiada”, para dar conta de sua “complexidade”. Mas ele não se negou a discutir em entrevista o imposto digital - sinal de que a ideia não está morta -, disse que o tema é polêmico e exige muita discussão e que, no entanto, se o imposto digital “tiver destino específico já apazigua um pouco”.

Como o passado mostrou, fatiar reformas são o melhor caminho para não fazê-las. O argumento é ainda menos convincente agora, após o relatório de Ribeiro. Em vez de encaminhar cada pedaço em momentos distintos, o relator separou temporalmente as fases em um contínuo que termina com um Imposto sobre Bens e Serviços cobrado no destino. Nos dois primeiros anos entraria em vigor o IBS apenas com a fusão de PIS e Cofins, como propõe o governo e, nos quatro seguintes, se fundiriam IPI, ICMS e ISS.

O desenho parece corresponder, em abstrato, ao consenso formado após a discussão das duas PECs nos últimos anos. Mas todos os detalhes seriam depois regulados por legislação complementar, a começar pela unicidade ou não de alíquotas, sua magnitude e o período de transição para o novo sistema, o que exigirá mais discussões e muito tempo. No Brasil, as reformas tributárias nunca terminam.

O ministro, Paulo Guedes, que não fez sua tarefa na reforma tributária, saiu-se com mais um devaneio, o de que as mudanças em gestação no Congresso eliminariam R\$ 300 bilhões em isenções e vantagens concedidas. Isto só ocorrerá se for aprovado esse item da PEC 45, que determina isso. O relatório de Ribeiro, porém, mantém, com modificações, vantagens para a Zona Franca de Manaus e o Simples, o que significa que o corte feito nos subsídios jamais chegará aos R\$ 300 bilhões - se é que haverá, ao final, algum corte.

O fatiamento tornará uma reforma tributária que poderia ser robusta em mais um remendo, ainda que benéfico. O calendário eleitoral se aproxima e não há qualquer chance de uma modificação importante no desenho tributário ser aprovada no próximo ano, e, talvez, nem mesmo no fim deste ano. Mais uma grande oportunidade foi desperdiçada.

Conteúdo Publicitário

Comissão extinta por Lira pretende se reunir na próxima semana

Parecer de Aguinaldo Ribeiro será votado por colegiado dissolvido

Por Marcelo Ribeiro, Raphael Di Cunto e Fabio Graner — De Brasília

06/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Apesar de ter sido dissolvida anteontem pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a comissão mista da reforma tributária cumprirá o cronograma estabelecido por seus integrantes e o relator da proposta, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), fará a leitura do seu relatório final na terça-feira.

Fontes do Congresso destacam que a comissão é “política” e que não há previsão regimental que determine a suspensão dos trabalhos antes do parecer final.

A decisão de Lira foi criticada por secretários estaduais de Fazenda, que afirmaram, em nota, que a posição desconsidera centenas de reuniões e debates realizados ao longo de mais de dois anos.

“Extinguir agora a comissão mista e paralisar o debate sobre a reforma tributária seria um enorme desrespeito não apenas ao relator, aos deputados e senadores e às entidades que participaram da construção conjunta da proposta, como também à sociedade, que espera e precisa de um sistema tributário mais justo para o país”, afirmou o Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz) em nota.

Na terça-feira, enquanto o relator fazia a leitura de seu parecer preliminar, Lira determinou a extinção da comissão especial da Câmara que analisa a proposta, sob a alegação de que os prazos regimentais expiraram. “Não é conveniente que, após a leitura do relatório, esse texto voltasse para uma comissão que regimentalmente não mais existe para abrir prazos de emendas e fazer uma votação”, disse o presidente da Câmara.

Ele explicou que enviou a proposta para o plenário e que o relator se reunirá com líderes da Câmara e do Senado para tentar encontrar “uma saída rápida que dê segurança jurídica e traga o melhor texto possível para o Brasil”. Acrescentou que isso se dará seja votando um “texto completo da reforma sobre o consumo, da reforma sobre renda, fatiado, ou o que for mais conveniente”.

Segundo fontes, o movimento de Lira seria uma manobra para tirar Aguinaldo da relatoria e substituí-lo por um parlamentar que defenda a análise fatiada da reforma. Hoje, o mais cotado é o deputado Hugo Leal (PSD-RJ).

Defensor de uma reforma ampla, Aguinaldo Ribeiro propôs que mudanças consistentes no sistema tributário fossem implementadas em etapas, em um aceno àqueles que queriam fatiar a proposta. A concessão não foi suficiente para conter a resistência a ele.

O relator disse ao **Valor** acreditar que a reforma ampla vai acontecer. “Acho que se há patriotismo, como muita gente diz, espero que sociedade possa se unir e classe política também para de fato mudar o sistema tributário”, disse Ribeiro. “O jogo não acabou”, completou.

Ainda que equipe econômica, governo e Lira estejam alinhados em relação ao fatiamento, lideranças de partidos de centro e independentes preferem uma proposta mais ampla. Nos bastidores, a expectativa é que Lira, ao avocar o texto para o plenário, crie uma nova comissão especial para apreciar o tema, sob nova relatoria.

A possibilidade de ele tentar emplacar o texto diretamente no plenário é considerada “remota”, já que seria considerada “um atropelo”, o que poderia enterrar de vez as chances de o projeto sair do papel nessa legislatura.

Conteúdo Publicitário

Separados no papel, unidos no propósito: o que acontece com a Fundação Bill e Melinda Gates após a separação do casal?

UM SÓ PLANETA

Honda E: carrinho elétrico chega ao país de forma independente e (bem) mais caro que um Accord

UM SÓ PLANETA

Renault Kwid elétrico é tão lento que não consegue ser multado por radares em estradas

UM SÓ PLANETA

Russos têm de abrir dados sobre vacina, defendem cientistas

Dois cientistas brasileiros participam pela primeira vez de encontro com fabricantes da Sputnik V e dizem acreditar na segurança do produto, a despeito dos tropeços da comunicação dos russos

Por **Gabriel Vasconcelos** — Do Rio

06/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Dois cientistas brasileiros que participaram da reunião global realizada esta semana pelo Instituto Gamaleya, o laboratório público da Rússia que desenvolveu a vacina Sputnik V, se dizem convencidos da segurança do imunizante.

Os médicos imunologistas Jorge Elias Kalil, da Universidade de São Paulo (USP), e Ernesto Marques, da Universidade de Pittsburgh, afirmam que a aprovação no Brasil é questão de tempo, mas requer o repasse de novas informações objetivas sobre a composição e testagem da vacina à Anvisa. Mediante a entrega de novos documentos, Marques avalia que a autorização de uso emergencial pode demorar de duas a quatro semanas.

No fim de abril, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) vetou a importação da vacina por falta de dados essenciais à verificação de que o produto é seguro.

Veteranos com inserção internacional, Kalil e Marques estiveram na videoconferência organizada na terça-feira com outros 17 pesquisadores espalhados pelo mundo. O instituto russo tem feito encontros desses tipo com cientistas de vários países, mas essa foi a primeira vez que brasileiros participaram. Trata-se de um esforço do Gamaleya para reverter o dano de imagem atribuído à

reprovação da Anvisa. No evento, os cientistas sabatinaram os desenvolvedores e, ao final, foi emitido um relatório.

Segundo a dupla brasileira, os russos indicaram disposição em trabalhar por maior acurácia nas informações à Anvisa e informaram ter contratado uma empresa especializada em checagem de parâmetros de imunizantes. Esse tipo de verificação externa é comum em processos de aprovação sanitária, sendo utilizado no Brasil tanto pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) quanto pelo Instituto Butantan. O nome da empresa contratada pelo Gamaleya não foi revelado. No Brasil, a Sputnik V seria importada pronta e, depois, produzida pela farmacêutica União Química.

Ao **Valor** tanto Kalil quanto Marques negaram vícios na análise da Anvisa e descartaram a tese de motivação política aventada pelos russos e governadores do Nordeste, que planejam importar 37 milhões de doses da Sputnik V. Outros cinco Estados e prefeituras pelo país tentam receber mais 66 milhões de doses. Segundo a Anvisa, o pedido de importação analisado e rejeitado envolvia 29,6 milhões de vacinas ao Nordeste.

Os especialistas reduzem o imbróglio a um “erro de comunicação” da parte russa, sobretudo com relação à presença de adenovírus capaz de se replicar no corpo humano (RCA, na sigla em inglês). Até então, os documentos russos utilizaram métricas, limites e sensibilidade de detecção diferentes dos reconhecidos pela

agência de regulação americana, a Food and Drug Administration (FDA), e incorporados pela Anvisa.

Kalil detalha que os adenovírus escolhidos como base da vacina (Ad5 e Ad26) - estruturas que transportam proteínas do coronavírus para dentro do corpo humano a fim de gerar resposta imunológica - têm extirpados, em laboratório, os genes que permitem a replicação (E1 e E2). Mas as células humanas (HEK293) em que esses vírus são cultivados artificialmente para dar o volume necessário à produção da vacina possuem e provêm esses genes, que não são repassados aos novos vírus gerados. Entretanto, por um mecanismo raro, chamado “recombinação homóloga”, esses vírus podem mutar e reintegrar em sua estrutura esses genes, o que lhes devolve a capacidade de reprodução no corpo humano. Isso pode causar outra infecção, que não a covid-19, com sintomas leves de resfriado.

Essa infecção pode ser um problema maior no caso de pacientes imunodeprimidos e, por isso, as agências reguladoras controlam a quantidade de adenovírus replicantes por dose. O fenômeno, alertam os pesquisadores, não é exclusivo da vacina russa: pode acontecer em outros imunizantes que usam proteínas recombinantes, como é o caso das vacinas produzidas pelas farmacêuticas AstraZeneca e Janssen (Johnson & Johnson). A diferença é que essas empresas conseguiram se adequar às exigências da FDA - 33 RCA a cada trilhão de unidades de vírus.

Técnicos da Anvisa pontuam que o limite de RCA aceito pelos russos é bem superior e o relatório da reunião de terça-feira reconhece ser de 1 mil RCA a cada trilhão de vírus. A seu favor, o Gamaleya alega que o teste aplicado tem sensibilidade para captar a partir de 50 RCA por trilhão de vírus e que, nesses termos, não houve detecção de RCA em nenhum dos 140 lotes da vacina usados na Rússia.

Segundo Marques, na conversa, os técnicos do Gamaleya prometeram reduzir o limite para algo em torno de 50 RCA, em linha com sua capacidade mínima de detecção. “É um passo importante, mas a solução imediata e ideal seria se comprometer a testar todos os lotes e enviar somente aqueles em que não houver detecção [de RCA], em vez de dizer que aprova até certa quantidade”. No relatório do encontro ou em documento de 55 páginas enviado à Anvisa e obtido pelo **Valor**

não há menção à mudança do parâmetro. Nas sete primeiras páginas, dedicadas ao RCA, os russos destacam seu processo de purificação da vacina em quatro fases e alegam que os adenovírus escolhidos são inofensivos ao homem.

Kalil relativiza ao dizer que estabelecer um limite alto não implica uma presença alta do vírus indesejado. Além disso, ressalta, como esse tipo de plataforma vacinal ainda é considerada nova, a regulação americana é recente e varia conforme o tipo de procedimento, sendo o limite muito maior em casos de terapia gênica e aplicações intravenosas, que continuam a ser aprovadas. Em junho de 2020, o professor da USP foi convidado pelo governo americano para integrar o Quadro de Monitoramento de Dados e Segurança (DSMB, na sigla em inglês) para vacinas contra a covid-19.

“A vacina não é nem um pouco perigosa. Sem dúvida a aprovação seria um ganho para o Brasil na situação em que está”, diz Kalil. “É um problema de comunicação e, também, algo cultural dos russos, de não abrir informações”, continua. Marques também diz que “não há nada fundamentalmente errado” com a Sputnik V e que a burocracia esbarra na falta de clareza de alguns dados. “O Gamaleya precisa de ajuda para redigir documentos. Eles lembram o personagem Rolando Lero: se perdem nas respostas, misturam bom argumento com informação que nada têm a ver e confundem o revisor.”

A Anvisa informou não ter sido procurada pelos russos para novas reuniões sobre a vacina após 26 de abril, mas confirmou que um documento foi enviado pelo Gamaleya no dia 29 e outros dois foram apensados ao processo na terça. O prazo de análise é de 30 dias.

Conteúdo Publicitário

Porsche Taycan Cross Turismo é a perua mais eletrizante à venda no Brasil

UM SÓ PLANETA

Mudanças climáticas podem estar por trás da pandemia de Covid-19; entenda

UM SÓ PLANETA

Projeto de LDO para 2022 contempla mudança demográfica

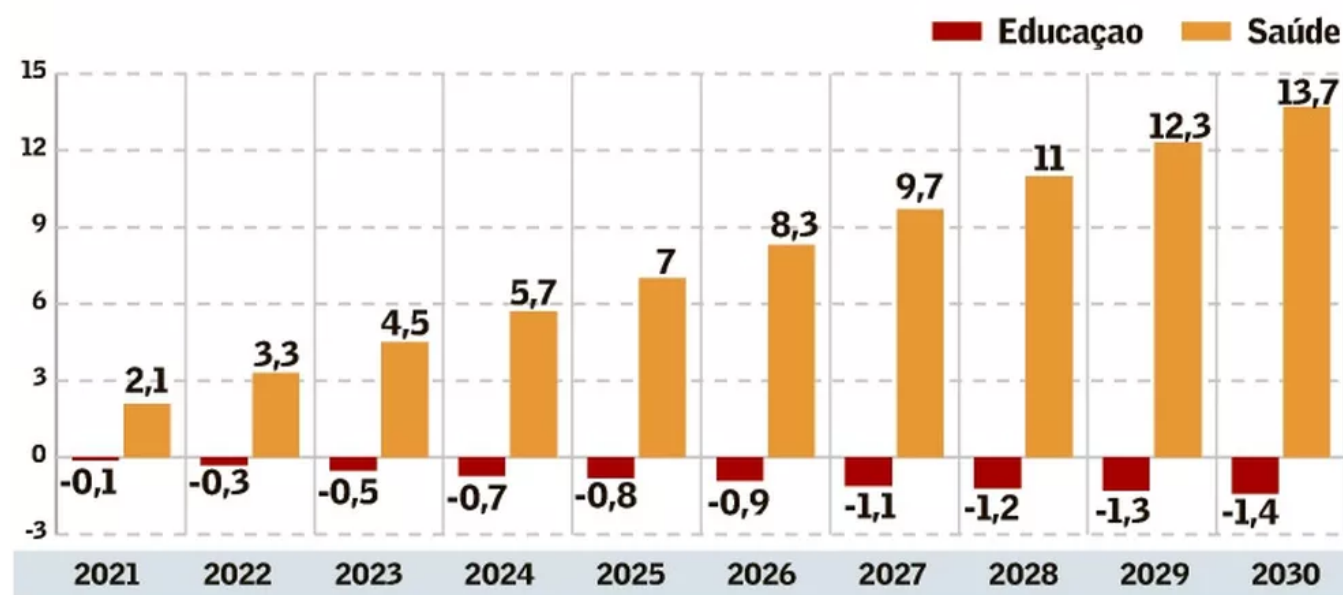
Previsão é de aumento de R\$ 13,7 bilhões nos gastos com saúde em 2030 e economia de R\$ 1,4 bilhão com educação

Por Edna Simão — De Brasília

06/05/2021 05h01 · Atualizado há 5 horas

Impacto da mudança demográfica

Em R\$ bi a preços correntes de 2020



Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022

O aumento do número de idosos associado à redução da quantidade de jovens no país deve provocar uma pressão adicional nos gastos da saúde até 2030. Por outro lado, é esperada uma diminuição na previsão de despesas relacionadas à educação. A mudança demográfica consta em anexo do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2022 como um risco fiscal de médio prazo que não deve ser negligenciado.

Conforme o anexo, a pressão por mais gastos na saúde vai se intensificar gradualmente e a necessidade adicional chegará a R\$ 13,7 bilhões em 2030 pelo crescimento e envelhecimento da população. Por outro lado, essa evolução demográfica reduz em R\$ 1,4 bilhão a pressão por gastos em educação também em 2030 devido à diminuição da população de jovens.

“Apenas para as despesas consideradas, uma demanda adicional por despesas públicas que alcançaria, em 2030, aproximadamente R\$ 12,4 bilhões a preços de 2020. Tal cifra representa 13,4% do valor despendido em 2020 nos mesmos programas”, diz o anexo.

Segundo o documento, embora o uso do crescimento vegetativo dos benefícios sociais para estimação das despesas seja razoavelmente confiável para as análises de curto prazo. “Há riscos não negligenciáveis de médio prazo decorrentes do aumento das despesas associados a elementos institucionais e estruturais que nem sempre estão sob controle do governo”, informa o anexo.

O coordenador-geral de Planejamento e Riscos Fiscais do Tesouro, Pedro Ivo Ferreira de Souza Júnior, afirmou ao **Valor** que mensagem é de que, com a mudança demográfica, a expectativa é de aumento dos gastos da saúde no médio prazo. “À medida que a população vai envelhecendo, isso acaba pressionando as contas públicas no longo prazo. Na educação, efeito contrário”, ressaltou. “É difícil precisar, mas é um exercício em que a gente tenta estimar o impacto da evolução das mudanças demográficas”, complementou.

Segundo o anexo dos riscos fiscais da PLDO de 2022, nas próximas décadas, o Brasil passará por uma profunda modificação de sua estrutura etária e tal transformação impõe desafios às políticas públicas. No caso do Benefício de Prestação Continuada (BPC), os potenciais efeitos nos gastos são significativos. “O envelhecimento da população brasileira e o aumento da expectativa de sobrevida, aliados ao aumento anual do salário mínimo superior ao aumento da renda média, sugerem que as despesas com o BPC deverão aumentar substancialmente no futuro próximo”, diz o anexo.

Para estimar o impacto da evolução demográfica nas despesas com saúde, os técnicos do governo consideraram os blocos de assistência farmacêutica, inclusive Farmácia Popular, e da atenção de média e alta complexidade (atendimento hospitalares e ambulatoriais). Nas despesas com educação, foram consideradas as chamadas despesas com controle de fluxo, que correspondem, grosso modo, a todas as despesas da área, exceto pessoal ativo e inativo, Fundeb, salário-educação e o impacto primário do Fies. Somadas, as despesas analisadas alcançaram R\$ 90,1 bilhões em 2020, sendo R\$ 62,4 bilhões referentes à saúde e R\$ 27,7 bilhões referentes à educação.

Opinião do GLOBO

Não dá para adiar ainda mais a reforma tributária

*Guedes errou ao querer fatiá-la.
Lira errou ao interromper sua
tramitação na Comissão Mista*

É ocioso, ainda que infelizmente necessário, repetir a situação dantesca do sistema tributário brasileiro. Somos o país do mundo onde as empresas perdem mais tempo lidando com impostos, em média 1.501 horas por ano segundo o Banco Mundial. Somos, num grupo de 100 economias, aquela de maior complexidade tributária, de acordo com estudo das universidades alemãs Paderborn e de Munique. É lamentável, portanto, a extinção da Comissão Mista da Reforma Tributária pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). A decisão, tomada alegadamente por questão regimental, significa na prática mais atraso na conclusão de uma das mais necessárias reformas na agenda de desenvolvimento do país — e uma das discussões mais avançadas no Congresso.

A melhor proposta em debate é a PEC 45, de autoria do deputado Baleia Rossi (MDB-SP), que unifica a cobrança de cinco impostos (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS) num único Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), com transição escalonada ao longo de dez anos. Criado nos moldes dos Impostos sobre Valor Adicionado (IVA), comuns nas eco-

nomias mais avançadas, o IBS traria simplificação à barafunda tributária brasileira, acabaria com a guerra fiscal predatória entre os estados e permitiria uma distribuição mais justa dos recursos, com a cobrança no destino.

A transição gradual daria o tempo necessário à adaptação das empresas e garantiria maior transparência nos estados que desejassem manter incentivos, pois teriam de explicitá-los como subsídios nos respectivos orçamentos. Estudo do economista Bráulio Borges calculou que, em 15 anos, as mudanças aumentariam em até R\$ 753 bilhões na arrecadação anual.

O objetivo da Comissão Mista, criada pelos então presidentes Rodrigo Maia (Câmara) e Davi Alcolumbre (Senado), era unificar a PEC 45 com outra de teor semelhante que tramitava no Senado. O Ministério da Economia, porém, decidiu encaminhar ao Congresso outra proposta menos ambiciosa, que deixa de lado a guerra fiscal e unifica apenas os impostos federais, PIS e Cofins. A ideia do ministro Paulo Guedes era fazer uma reforma gradual, fatiada. É uma ideia ruim, pois o custo político de aprovar qualquer mudança no Congresso é enorme. Melhor apro-

var logo a mudança mais ambiciosa.

O relator da Comissão Mista, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), propôs nesta semana uma solução de compromisso entre as propostas do governo e de Rossi. A unificação começaria pelos impostos federais, mas os demais já entrariam na reforma. Seria também criado, como quer o governo, um Imposto Seletivo, com o objetivo de desincentivar o consumo de produtos nocivos (como cigarro ou álcool). O relatório seria um ótimo ponto de partida para as discussões avançarem nas demais comissões e no plenário.

Mesmo assim, Lira resolveu acabar com a comissão, satisfazendo aos anseios de quem quer que tudo fique como está. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), era contra paralisar o andamento. Lira alegou que as sessões regulamentares da comissão se esgotaram e diz que o relatório de Ribeiro poderá ser aproveitado quando o assunto voltar à pauta. É preciso, então, que ele mesmo o traga de volta o quanto antes. Não dá para ficar esperando mudanças urgentes e necessárias. O Executivo erra ao querer fatiar a reforma. O presidente da Câmara erra ao adiar ainda mais sua tramitação.

AJUDA AMPLIADA

Governo estuda pagar o auxílio para 5 milhões que tiveram o pedido negado no ano passado

GERALDA DOCA
geraldadoca@oglobo.com.br
BRASÍLIA

Após verificar sobre de recursos destinados à rodada do auxílio emergencial que começou a ser paga neste ano, o governo estuda dar o benefício a parte das pessoas que tiveram o pedido negado em 2020. Ter direito à ajuda em dezembro foi o critério inicialmente adotado para filtrar os beneficiários da nova fase do programa. A expectativa é atender até cinco milhões de pessoas a partir deste mês ou em junho. A mudança de planos ocorre no momento em que a equipe econômica já admite a possibilidade de prorrogar os repasses e ainda há brasilei-

ros que disputam na Justiça para tentar receber valores solicitados em 2020.

A proposta de emenda à Constituição (PEC) aprovada em março para permitir os novos pagamentos autorizou o governo a gastar R\$ 44 bilhões fora do teto de gastos (regra que limita o aumento das despesas da União à inflação) para financiar a medida de assistência. Quando lançou a nova rodada do benefício, o Executivo abriu crédito de R\$ 42,6 bilhões para bancar o auxílio. Há, portanto, um espaço de R\$ 1,4 bilhão ainda a ser utilizado. Além disso, há uma expectativa de que nem todo o crédito seja utilizado. Com isso, o governo espera gastar R\$ 3 bi-

lhões para ampliar o universo de beneficiários.

Segundo um técnico envolvido nas discussões, a ideia é atender pessoas que pediram o benefício no ano passado, não receberam, mas hoje se enquadram nos requisitos, por exemplo, por terem perdido o emprego em 2021. Com as regras atuais, previstas em uma medida provisória (MP) editada em março, essas pessoas não têm direito a receber o auxílio, cujo valor padrão é de R\$ 250, podendo ser de R\$ 150 para quem mora sozinho e de R\$ 375 para mães que são chefes de família.

Uma nova medida provisória (MP) deve ser editada, ampliando o rol de beneficiários. Apenas uma fração dos

que tiveram o auxílio negado no ano passado terá direito às parcelas, já que o volume de recursos é limitado pela emenda à Constituição.

CRITÉRIOS DE PRIORIDADE

Assim, a primeira linha de corte será a composição familiar. Quanto mais numerosa a família, maior a chance de receber o dinheiro. O segundo critério será a idade do beneficiário. Caso ainda haja empate, será aplicada a regra da ordem alfabética do nome. Será mantido ainda o critério de renda por pessoa (de até R\$ 550) ou total familiar (até R\$ 3,3 mil). Em todos os casos, será preciso ter feito o pedido do auxílio no ano passado. Quem perdeu o prazo ou simplesmente não quis o benefício em 2020 não

será considerado nesse processo de ampliação.

O governo ainda está fechando o número de pedidos negados, porque há requerimentos apresentados por uma mesma pessoa várias vezes. No total, foram analisados cerca de 127 milhões de cadastros. Como o governo já tem os dados de quem tentou receber as parcelas, não será necessário fazer um novo cadastro para ter acesso ao benefício a partir de agora, caso o plano de ampliação vá adiante.

Até agora, o público considerado elegível atingiu 39,2 milhões de famílias. A ideia é alcançar 44 milhões, considerando o total de recursos disponíveis. Em entrevista ao GLOBO publicada

no domingo, o ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo pode prorrogar o auxílio emergencial se for necessário.

Em outra frente, o Ministério da Cidadania e a equipe econômica estudam uma forma de ampliar o Bolsa Família, que passaria a ter valor médio de R\$ 250, como mencionou recentemente o presidente Jair Bolsonaro. Guedes costuma se referir à medida como uma aterrissagem do auxílio emergencial no programa social com uma nova estrutura. Hoje, beneficiários do Bolsa Família recebem, em média, R\$ 190 por mês.

O cronograma de pagamento do auxílio emergencial está em execução pela Caixa Econômica Federal. Começou em abril e termina em setembro. O valor pago na nova rodada é menor do que as parcelas de 2020, quando começaram em R\$ 600. Mulheres chefes de família tiveram direito à cota dupla e chegaram a receber R\$ 1.200. Em setembro, o benefício foi reduzido à metade, para R\$ 300.

Segundo dados da Caixa, 67,9 milhões de pessoas foram beneficiadas, o que representou um gasto total de R\$ 294,4 bilhões no ano passado.

A primeira fase do auxílio foi encerrada em 31 de dezembro do ano passado, com o fim do estado de calamidade pública que suspendeu regras fiscais em 2020. A equipe econômica resistiu à ideia de prorrogar as ações emergenciais sem medidas de ajuste fiscal como contrapartidas.

Assim, a nova rodada só foi viabilizada após uma negociação com o Congresso para aprovar uma PEC que também contém medidas de ajuste, como a possibilidade de travar gastos em emergências no futuro e medidas estruturais relacionadas às contas públicas.

QUINTA-FEIRA (21/4/2021)



Agência da Caixa. Nova rodada do auxílio emergencial, com valor médio de R\$ 250, começou em abril e termina em setembro, mas equipe econômica já admite a possibilidade de prorrogar repasses

Pelo menos 1.698 pessoas ainda aguardam o benefício de 2020

Grupo buscou o apoio da Rede de Renda Básica, mas contingente pode ser maior

MARTHA IMENES
martha.imenes@oglobo.com.br

O auxílio emergencial, destinado a trabalhadores informais, autônomos e mães chefes de família que viram a renda desaparecer na pandemia, perdeu seu caráter de urgência no caso de muitas famílias. Dados da Rede Brasileira de Renda Básica, obtidos pelo GLOBO, mostram que pelo menos 1.698 pessoas ainda aguardam a liberação do benefício de 2020, o que pode torná-las inelegíveis este ano.

— Essas pessoas foram as

que procuraram a Rede para tentar solucionar o problema. E as que não tiveram como pedir ajuda, seja por falta de acesso à internet, de celular, de conhecimento? Esse número pode ser muito maior — avalia a assistente social Paola Carvalho, diretora de Relações Institucionais da Rede Brasileira de Renda Básica, organização que defende a manutenção do auxílio até o fim da pandemia.

Ela continua:

— Temos casos de pessoas que tiveram o benefício concedido judicialmente, após negativa do Ministério da Ci-

dadania, e viram o auxílio negado este ano pelos mesmos motivos alegados no programa anterior e que foram derubados pela Justiça.

Um desses casos é o da professora de educação física Maria Gabriela Arraes Damasceno, de 36 anos, moradora de Cabo Frio, no Rio. Ela é mãe solo de Emanuel, de 2 anos.

— Tive o auxílio negado no ano passado, entrei com recurso, contestei, e nada. A alegação era que tenho trabalho formal, mas isso não é verdade. Desde que voltei da licença maternidade, em julho de 2019, estou sem em-

prego — explica a professora. Ela diz que a via judicial foi o único meio para receber o benefício no ano passado:

— Uma amiga advogada, ao ver a minha situação, entrou na Justiça para que meu direito fosse reconhecido. Mesmo assim, só fui receber as parcelas em março deste ano.

VALOR MENOS VANTAJOSO

Este ano, a solicitação do auxílio de Gabriela foi negada novamente. Segundo o aplicativo da Caixa, ela não atende aos critérios do programa, como não ter emprego formal, não ter renda familiar mensal superior a meio salário mínimo por pessoa e não ter renda familiar mensal superior a três salários mínimos no total.

— Não tenho emprego e moro sozinha com meu filho em uma casa emprestada. Que emprego é esse que alegam? Que renda familiar é essa? É muita

humilhação — lamenta.

A diretora da Rede Brasileira de Renda Básica cita ainda o caso de uma mãe solo de uma menina de 10 meses de Cabrobó (PE), que teve o pedido negado por já fazer parte do Bolsa Família:

— Jayna recebe Bolsa Família, mas teve o auxílio negado apesar de cumprir todos os requisitos. O governo



“Não tenho emprego e moro sozinha com meu filho em uma casa emprestada. Que emprego é esse que alegam? Que renda familiar é essa? É muita humilhação”

Maria Gabriela Damasceno,
professora de educação física e mãe solo

entende que ela recebe valor mais vantajoso que o auxílio via Bolsa Família. Mas isso não procede. No Bolsa Família, ela recebe R\$ 180 por mês e, no auxílio, seriam R\$ 375 hoje. Ela está com muitas dificuldades.

Procurado, o Ministério da Cidadania disse não ter conhecimento da fila de espera com pelo menos 1.698 pessoas e afirmou que não é uma regra negar o benefício deste ano a quem recebeu as parcelas por via judicial em 2020.

“Cabe destacar que é compromisso desta gestão atender ao maior número de cidadãos, assegurando uma renda mínima para essa parcela da população, ao mesmo tempo em que, com responsabilidade fiscal, respeita-se o limite orçamentário estabelecido pela Emenda Constitucional nº 109/2021, no valor de R\$ 44 bilhões”, informou, em nota.

Economistas veem impacto no crescimento do PIB

Juro maior é 'balde de água fria' na recuperação da economia, mas avaliação é que esta é a única forma de controlar a inflação

CÁSSIA ALMEIDA
cassia@oglobo.com.br

A elevação da taxa básica de juros, a Selic, que ontem foi a 3,50% ao ano, segundo economistas ouvidos pelo GLOBO, vai tirar o pouco ímpeto da economia brasileira e dificultar a geração de empregos. Eles admitem, porém, que não há o que fazer com o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acima de 6% em 12 meses, pelo dado de março. O teto da meta do Banco Central é de 5,25%.

Juros mais altos dificultam o crédito para investimentos e deixam menos recursos so-

brando no orçamento das famílias para o consumo de bens e serviços. Isso não só dificulta a reação de empresas em crise como desestimula novos negócios.

Pelas contas da economista da Fundação Getúlio Vargas (FGV) Silvia Matos, os serviços prestados às famílias ainda estão 23,7% abaixo do nível pré-pandemia, em fevereiro de 2020. O setor é o mais afetado pela crise atual, respondendo por 70% do emprego gerado na economia.

São 14,4 milhões de desempregados, com as famílias comprometendo mais do orçamento com dívidas. Crédi-

to mais caro não ajuda.

— É um balde de água fria nessa recuperação que vem no pós-pandemia, que poderia ser maior se não tivéssemos que lidar com uma política monetária mais apertada no fim deste ano e no ano que vem — diz Silvia.

AJUDA PARA O CÂMBIO

Economistas reconhecem que o novo ciclo de aperto monetário — a média das previsões do mercado aponta a Selic em 5,5% em dezembro — vai esfriar a atividade econômica, que já se arrasta, com resultados muito desiguais. Mas reconhecem que

ajudará a segurar a inflação.

Espera-se que o Produto Interno Bruto (PIB) cresça 3,1% neste ano, avanço que não será suficiente nem para alcançar o nível de 2019, anterior à pandemia. O impacto da alta de juros no PIB deste ano vai depender de quanto a Selic vai subir até o fim do ciclo.

Se parar em 5,5%, o freio será limitado, afirma Thaís Zara, economista sênior da LCA Consultores:

— Até 5,5% ao ano, ainda haveria algum estímulo para a economia.

Silvio Campos Neto, sócio da Tendências Consultoria, ressalta que nossos nossos ju-

ros ainda estão em patamares abaixo do esperado para o nosso padrão histórico:

— O maior desafio é conseguir melhorar a questão sanitária e evitar a terceira onda.

Para 2022, quando os efeitos da alta de juros serão sentidos na sua plenitude, a previsão é que a economia cresça 2,32%. A projeção já foi de 2,50%, mas foi recuando conforme aumentava a expectativa para a Selic.

Outro fator de pressão no IPCA é o dólar, que vem se valorizando com a segunda onda da pandemia, a situação fiscal e a instabilidade política. Como cerca de 30% dos

preços no Brasil são influenciados em alguma medida pela variação da moeda americana, a inflação sobe.

Segundo Fernando Gonçalves, economista do Itaú, a alta da Selic ajuda a segurar o dólar. O banco projeta a moeda a R\$ 5,30 no fim do ano. Ontem, fechou a R\$ 5,36.

— As commodities estão em patamar alto (somos exportadores) e se esperaria um real mais apreciado. A subida da Selic aumenta o diferencial de juros em relação ao mundo, o que também atrairia dólares para o Brasil, valorizando o real. Mas nossos problemas domésticos trazem um prêmio de risco maior para os ativos brasileiros — diz Gonçalves.

O setor de construção civil, que vinha se recuperando, também será afetado pela taxa de juros mais alta.

Tributária: para secretários de Fazenda, extinguir comissão é ‘desrespeito’

BRASÍLIA

A decisão do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), de extinguir os trabalhos da comissão mista da reforma tributária, repercutiu mal nos estados. O presidente do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal (Comsefaz), Rafael Fonte-

les, considerou a decisão um “enorme desrespeito” a quem participou da construção da proposta e à sociedade:

—Entendemos que o relatório do deputado Aguinaldo (Ribeiro/PP-PB) deve ser apreciado pelo Congresso, pois foi fruto de centenas de reuniões e debates. Caso o presidente da Câmara não queira, esperamos que seja

apreciado pelo Senado.

Em relação ao relatório apresentado, a análise do grupo é que houve avanços no texto, que ainda precisaria ser discutido em alguns pontos. O Comsefaz vai sugerir emendas diretamente ao relator.

O anúncio do fim dos trabalhos da comissão mista por uma questão regimental surpreendeu também alguns par-

lamentares. Lira sinalizou que vai tomar a dianteira no processo de discussão da reforma, trazendo o debate para o plenário da Câmara. Ele ainda não conversou com Rodrigo Pacheco (DEM-MG), presidente do Senado, que se manifestou favorável aos trabalhos da comissão mista.

O impasse pode atrasar a tramitação. Apesar de Lira apos-

tar na celeridade da análise de um novo texto, a condução do episódio repercutiu mal e pode ser o estopim para outro embate entre as duas Casas pelo protagonismo na discussão.

Essa sinalização já foi feita pelo senador Roberto Rocha (PSDB-MA), ainda durante a sessão de leitura do relatório, na terça-feira, quando mencionou as concessões que o Se-

nado havia feito à Câmara em torno da matéria. Rocha, que relatava a proposta de emenda à Constituição (PEC) 110 no Senado, queria acumular a função na comissão.

Ele abriu mão da relatoria, função que considerava a mais relevante, para ficar com a presidência do colegiado. A missão coube a Ribeiro. Rocha quer manter o cronograma de trabalho, com apresentação de emendas até sexta-feira e leitura da versão final na próxima semana. *(Fernanda Trisotto)*

Com WhatsApp, Bradesco prevê aumento da base de clientes

Alta deve compensar perda de parte da receita com serviço de transferência

JOÃO SORIMA NETO
joao.sorima@sp.oglobo.com.br
SÃO PAULO

A chegada da transferência de recursos via WhatsApp, assim como o Pix, vai "morder" um pedaço da receita dos bancos com serviços, mas deverá ser compensada com a conquista de mais clientes, elevando o ganho de escala.

A avaliação é do presidente executivo do Bradesco, Octavio de Lazari, durante apresentação dos resultados do banco, que teve lucro de R\$ 6,5 bilhões no primeiro trimestre, alta de 73,6% em relação ao mesmo período do ano passado.

—O Pix e o WhatsApp vão morder um pedaço da receita. O Pix não teve tanto impacto no primeiro trimestre, mas vamos ver a velocidade do WhatsApp, que é muito difundido no Brasil e é quase um substituto do Pix — disse Lazari, na teleconferência com jornalistas.

O presidente do banco ponderou, entretanto, que a entrada de novos players no sistema financeiro já estava nos radares da instituição, e isso faz parte da concorrência.

—Tivemos a entrada de 3,6 milhões de clientes digitais nos últimos 12 meses. Os clientes é que vão decidir. O Pix já

COMO USAR O SERVIÇO?

Usuário poderá enviar até R\$ 1 mil por transação com cartão

Como vai funcionar a transação?
Para adicionar um pagamento pela primeira vez deve-se seguir estes passos:

- 1 Abra a conversa com o contato para o qual você deseja enviar o dinheiro, toque no ícone do clipe (Anexar) e depois em Pagamento.
- 2 Escreva o valor do pagamento na tela seguinte e toque em "Continuar" na tela do Facebook Pay.
- 3 Em seguida, toque em "Continuar" para aceitar os Termos de Serviço e a Política de Privacidade de Pagamentos no WhatsApp, os Termos de Serviço e a Política de Privacidade do Facebook, os Termos de Serviço e a Política de Privacidade do Facebook Pagamentos e os Termos de Serviço e Política de Privacidade da Cielo.
- 4 Crie um PIN de 6 dígitos para o Facebook Pay e o insira novamente para confirmar. Toque em Avançar. É possível usar impressão digital no lugar do PIN, na opção Usar Impressão Digital. Caso contrário, toque em Pular para inserir o PIN manualmente. Coloque nome, sobrenome e CPF e clique em Avançar.
- 5 Adicione os dados do seu cartão. Verifique as informações com um código que pode ser enviado por SMS ou e-mail.
- 6 Toque em Salvar. Pronto, pode fazer o pagamento.

é um sucesso, cabe a nós buscarmos outras fontes de receita — disse Lazari.

A perda de receita com conta corrente no Bradesco, no trimestre, foi de 1,9%. Mas isso se deve mais às medidas de fechamento do comércio, que afeta os 42 mil pontos do Bradesco Express. São supermercados, bares, restaurantes, farmácias, padarias que permitem aos clientes do Bradesco abrir contas, pagar faturas ou tomar crédito. O volume de transações nestes pontos caiu com as medidas de distanciamento necessárias para conter a pandemia.

A chegada da transferência por WhatsApp acontece no momento em que os clientes usam cada vez mais os canais digitais. No Bradesco, as transações feitas pelo celular cresceram 75% entre março de 2020 e 2021. No mesmo período, as transações na boca do caixa caíram 83%.

AGÊNCIAS FECHADAS

O banco digital do Bradesco, o Next, chegou a 4,4 milhões de clientes em março passado, o dobro do que tinha em março de 2020. Em 12 meses, o banco fechou ou transformou em posto de atendimento 1.088 agências. Só no primeiro trimestre de 2021, foram 82 agências fechadas ou convertidas em postos de atendimento e, no ano, entre 300 e 400 devem ir pelo mesmo caminho.

—Temos agências de 2 mil metros quadrados, de que não precisamos mais. Precisamos de espaços menores para atender o cliente com mais conforto — disse Lazari.

Editoria de Arte

Câmara aprova Pronampe. Texto volta para o Senado

Crédito para micro e pequenas empresas deve ter mais R\$ 5 bilhões após acordo entre BNDES e BID

BRUNO GÓES E DIMITRIUS DANTAS
economia@bsb.oglobo.com.br
BRASÍLIA

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de ontem o projeto que torna o Pronampe uma política de crédito para pequenas empresas permanente e estabelece as condições dos financiamentos do programa. Como já houve alterações ao texto original do Senado, ele retornará para a análise dos senadores.

A proposta busca viabilizar que as empresas recebam crédito com juros mais baixos do que os do mercado. Para isso, altera as condições do programa, que foi muito procurado em 2020 e concedeu mais de R\$ 37,5 bilhões. No ano passado, as taxas eram de 1,25% mais a Selic, hoje em 3,5%. O texto aprovado por Câmara e Senado estabelece limite máximo de 6% mais a Selic para novos empréstimos.

O Pronampe é voltado a microempresas com faturamento de até R\$ 360 mil por ano e pequenas empresas com ganho anual de R\$ 360 mil a R\$ 4,8 milhões. Outra mudança aprovada na Câmara é permitir que os empréstimos sejam calculados a partir da receita mais favorável ao empresário, seja em 2019 ou 2020.

A proposta define que os recursos usados como garantia pelo governo, que são oriundos do Fundo Garantidor de Operações (FGO), poderão vir do próprio Orçamento, de doações privadas e de recursos de créditos de organismos internacionais até o fim do ano.

Os deputados alteraram o texto para garantir 20% de recursos disponíveis por esse fundo a empresas do setor de eventos, afetadas pela pandemia e que integram o Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos.

A relatora da proposta, Joice Hasselmann (PSL-SP), fez outras alterações. Uma delas é a portabilidade. Será permitido que as operações sejam transferidas entre bancos.

Em outra frente, ontem o governo enviou ao Senado o acordo firmado entre BNDES e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para a abertura de nova linha de crédito de até US\$ 750 milhões a micro, pequenas e médias empresas. O programa também prevê aporte de US\$ 150 milhões pelo BNDES. Ao todo, o volume destinado às empresas será de US\$ 900 milhões (cerca de R\$ 5 bilhões). Para ser confirmado, o programa precisa do aval do Senado.